

Resolvendo o problema cético

Solving the Skeptical Problem

Keith DeRose

Tradução de L. H. Marques Segundo
Universidade Federal de Santa Catarina

1. O enigma da hipótese cética

Muitos dos mais celebrados, intrigantes e poderosos argumentos céticos procedem por meio de hipóteses céticas. Reduzidos ao seu essencial, grosso modo, eles possuem a seguinte forma, onde “O” é uma proposição sobre o mundo externo que alguém comumente pensaria que sabe (*e.g.*, tenho mãos¹) e “H” é uma hipótese cética convenientemente escolhida (*e.g.* sou um cérebro sem corpo numa cuba que foi eletro-quimicamente estimulado para ter precisamente as experiências sensoriais que tive, doravante um BIV²):

1 - Escolhi esta O parcialmente por suas conexões históricas com a Primeira Meditação de Descartes, e também porque penso que *seja* um caso exemplar de algo que comumente pensamos saber. Mas ao passo que comumente pensamos que sabemos essa O, raramente temos a ocasião de *dizer* que a sabemos, pois casos nos quais tal alegação de conhecimento estariam conversacionalmente disponíveis são bastante raros. (Exceção: um professor começa uma aula de epistemologia listando literalmente várias coisas que ele sabe. No decorrer da lista, ele diz “E sei que tenho mãos”). Por essa e várias outras razões relacionadas alguns poderiam não gostar da minha escolha de O. Tais leitores estão convidados a fornecer os seus casos exemplares favoritos de coisas que sabemos como alvo do cético.

2 - Aqueles que pensam que Hilary Putnam possa já ter desarmado o ceticismo inspirado no BIV deveriam entender a hipótese BIV como a hipótese de que o cérebro de alguém foi *recentemente* encubado depois de muitos anos de estar normalmente num corpo. Pois ainda que Putnam esteja certo em afirmar que o conteúdo das crenças dos BIVs de seu cenário é tal que esses BIVs não estão massivamente enganados, parece que recentemente encubados esses BIVs estão de fato enganados.

O Argumento da Ignorância (AI)³

1. Não sei que não-H.
2. Se não sei que não-H, então não sei que O.
- C. Não sei que O.⁴

Pondo de lado as questões laterais que imediatamente surgem de todas as direções e mantendo AI nessa forma rígida e descomplicada, apresentarei e defenderei no que se segue, pelo menos num esboço amplo, a solução correta ao enigma que AI nos apresenta. E AI nos apresenta um enigma pois, por razões que investigaremos nas seções posteriores, cada uma de suas premissas é inicialmente plausível quando H é bem escolhida. Pois, não importa o quão improvável ou bizarro possa parecer supor que sou um BIV, parece também que não sei que não sou um. Como eu *poderia* saber tal coisa? E também parece que, tanto quanto sei, se sou um BIV, então não sei que tenho mãos. Como eu poderia saber que tenho mãos se, tanto quanto sei, sou desencarnado (e, portanto, sem mãos)? Mas, ao mesmo tempo, inicialmente parece que sei que tenho mãos. Assim, duas premissas plausíveis geram uma conclusão cuja negação também achamos plausível. Portanto, algo plausível tem de ser descartado. Mas qual? E, igualmente importante, como?

Para dizer a verdade, as premissas são apenas plausíveis, não obrigatórias. Assim,

3 - AI ganha seu nome primariamente por causa de sua primeira premissa. Mas uma vez que uma das melhores formulações de AI (à qual sugiro que os leitores procurem uma boa versão de AI que não tenha sido brutalmente reduzida) se encontra no livro de Peter Unger *Ignorance: A case for Scepticism* (1975), é em mais de um sentido que esse é um argumento “da ignorância”.

4 - Na verdade, não reduzi AI ao seu *minimamente* essencial. Poder-se-ia reduzi-lo a um argumento de uma premissa: Não sei que não-H; logo, não sei que O. A segunda premissa, que faz uma “ponte”, foi adicionada para facilitar o tratamento que dou ao argumento, dividindo cuidadosamente as questões que têm impacto na aceitabilidade da primeira premissa daquelas ligadas à segunda.

AI é o primeiro e maior argumento que usa a hipótese cética. E o segundo, de modo semelhante, é o *Argumento da Possibilidade* (AP), que, como AI, tem seu nome por causa de sua primeira premissa, e que tem a seguinte forma:

1. É possível que H_{ind}.
2. Se é possível que H_{ind}, então é possível que não-O_{ind}.
3. É possível que não-O_{ind}.
4. Assim, se é possível que não-O_{ind}, então não sei que O.
5. Portanto, não sei que O.

(O subscrito “ind” indica que o que está no escopo de “É possível que” tem de ser mantido no modo indicativo, de modo que a possibilidade expressa será uma possibilidade epistêmica. As premissas “de ligação”, 2 e 4, podem ser omitidas). Neste artigo trato apenas de AI, mas deixe-me indicar rapidamente como AP deveria ser tratado. A premissa 4, que inicialmente atinge a conexão mais fraca de AP, está de fato correta (DeRose 1991, seção G). Assim, o cético AP tem de ser parado *antes* de atingir o passo 3. Felizmente, o tratamento de AI que apresento neste artigo pode ser também generalizado para lidar com a fase inicial (os passos 1-3) de AP. Tal tratamento é deixado aqui como um exercício para o leitor, mas é explicado no capítulo 3, especialmente na seção K, do meu 1990.

teremos sempre a reação mooriana ao argumento: declare que é mais certo alguém saber que tem mãos do que alguma das premissas do argumento ser verdadeira (muito menos a sua conjunção ser verdadeira) e, portanto, rejeite uma das premissas ao invés de aceitar a conclusão. Mas a reação cética está também disponível, que é aceitar a conclusão.

Deveríamos, contudo, esperar por um tratamento melhor do argumento do que simplesmente escolher qual das três proposições individualmente plausíveis – as duas premissas e a negação da conclusão – parece menos certa e rejeitá-la com base na verdade das outras duas. Ao procurar uma solução para esse enigma, deveríamos, em primeiro lugar, buscar uma explicação de como caímos nessa armadilha cética, e não decidir por uma escolha simples dentre os três desagradáveis modos de se livrar da armadilha. Temos de explicar como duas premissas que juntas geram uma conclusão tão inacreditável podem parecer tão plausíveis a nós. Apenas depois de tal explicação é que podemos prosseguir com confiança e entendimento para nos livrarmos da armadilha.

Muitos dos que trabalham recentemente com o AI parecem ter entendido isso.⁵ E tenho boas novas: um progresso substancial rumo à solução desse enigma cético foi feito ao longo de duas frentes bastante diferentes. A má notícia é que, como vou argumentar, nenhuma das abordagens resolve o enigma. Mas a mais boa nova é que, como argumentarei, a nova solução que apresento, que incorpora aspectos importantes de cada uma das abordagens, *pode* finalmente resolver esse problema filosófico perenemente espinhoso. Embora mais detalhes e precisão serão necessários para a solução resultante, haverá substância o bastante para tornar plausível que uma solução plenamente articulada esteja na direção que aponto aqui.

Nas seções 2-4 deste artigo exploro a abordagem contextualista ao problema do ceticismo e mostro por que ela ainda tem estado aquém de uma solução ao enigma. Nas seções 5-9 volto-me à tentativa de Robert Nozick de resolver o nosso enigma. Uma vez que as falhas do tratamento que Nozick dá ao conhecimento e ao ceticismo foram devidamente expostas, pelo menos ao meu ver, não será meu propósito aqui o de repeti-las, mas antes explorar e expandir um *insight* substancial que permanece intacto na abordagem de Nozick. Nas seções 10-17 apresento e defendo a minha própria solução contextualista, a qual argumento ser a melhor solução ao nosso enigma. Uma vez que, como argumento nas seções 15-17, a própria solução cética, de acordo com a qual aceitamos a conclusão de AI, está dentre as soluções inferiores a que apresento, AI não suporta tal conclusão de modo bem sucedido.

5 - Isso é especialmente verdadeiro no caso de Stewart Cohen, a quem estou em débito por sua apresentação geral do enigma como um conflito de intuições, uma solução satisfatória da qual requer uma explicação de por que o enigma surge. Veja Cohen 1988, 93-94.

2. As soluções contextualistas: a estratégia básica

Suponha que um falante A (para “atribuidor”) diga, “S sabe que P” acerca da crença verdadeira de um sujeito de que P. De acordo com as teorias contextualistas de atribuições de conhecimento, o quão forte a posição de S tem de ser no que diz respeito a P para a asserção de A ser verdadeira pode variar de acordo com as características do contexto conversacional de A.⁶

As teorias contextualistas de atribuições de conhecimento têm sido quase que invariavelmente desenvolvidas visando fornecer algum tipo de resposta ao ceticismo filosófico. Pois os argumentos céticos como AI ameaçam mostrar não só que não satisfazemos as exigências mais altas para o conhecimento que é de interesse apenas daqueles filósofos enganados que procuram a certeza absoluta, mas que não satisfazemos sequer as condições de verdade das atribuições de conhecimento comuns, terrenas. Eles então ameaçam estabelecer o resultado surpreendente de que nós nunca, ou quase nunca, atribuímos verdadeiramente conhecimento a nós mesmos ou aos outros meros mortais.

Mas, de acordo com os contextualistas, o cético, ao apresentar o seu argumento, manipula os padrões semânticos para o conhecimento, criando com isso um contexto no qual ele pode *verdadeiramente* dizer que nada sabemos ou que sabemos muito pouco.⁷ Uma vez que os padrões tenham sido elevados, nós *corretamente* sentimos que apenas poderíamos alegar falsamente saber coisas como, por exemplo, que temos mãos. Por que então ficamos intrigados? Por que simplesmente não aceitamos a conclusão do cético e, portanto, deixamos de atribuir tal conhecimento a nós mesmos e aos outros? Porque, continua o contextualista, nós também percebemos o seguinte: tão logo que nos descobrimos em contextos conversacionais mais comuns, não será apenas verdadeiro para nós dizer saber aquelas coisas que o cético agora nega que saibamos, mas também será errado para nós negar que saibamos essas coisas. Mas então a presente negação do cético não é igualmente falsa? E não seria igualmente verdadeiro para nós, na presença do cético, afirmar saber?

O que não percebemos, de acordo com a solução contextualista, é que as presentes negações do cético de que sabemos várias coisas são compatíveis com as nossas alegações comuns de saber essas mesmas proposições. Uma vez que percebemos isso, podemos ver

6 - Para um pouco mais sobre a natureza das teorias contextualistas, veja o meu 1992. A noção da força (comparativa) da posição epistêmica, central à minha caracterização do contextualismo, será explicada abaixo nas seções 10 e 11.

Para tratamentos contextualistas exemplares do problema do ceticismo, além dos artigos citados a baixo nas seções 3 e 4, veja especialmente Unger 1986 e Cohen 1988.

7 - Isso é pelo menos assim de acordo com as versões *simpáticas ao cético* das soluções contextualistas, como será explicado mais a frente nesta seção.

como tanto as negações de conhecimento do cético quanto as nossas atribuições comuns de conhecimento podem estar corretas.

Espera-se, assim, que as alegações comuns de conhecimento possam ser salvaguardadas do ataque aparentemente poderoso do cético, ao passo que, ao mesmo tempo, a persuasão do argumento cético seja explicada. Pois o fato de que o cético pode invocar padrões muito altos que não podemos corresponder não tende a mostrar que não satisfazemos os padrões mais relaxados que estão em questão nas conversas e debates mais comuns.

Antes de continuar, três observações importantes sobre as estratégias contextualistas como descritas acima deveriam ser feitas. Primeiro, esse tipo de estratégia deixará intocado o cético tímido que pretende com AI apenas estabelecer a tese fraca de que em algum (talvez “elevado” ou “filosófico”) sentido (talvez induzido pela apresentação de AI) não sabemos a proposição O relevante, ainda que não pretenda estabelecer a tese audaciosa de que as nossas alegações comuns de conhecimento dessa proposição sejam falsas. Se tal postura cética tímida tem algum interesse é um tópico para outro artigo. A estratégia contextualista é importante porque AI parece inicialmente ameaçar a verdade das nossas alegações comuns – ameaça mostrar claramente que nós estávamos completamente errados em pensar e dizer que sabemos isso e aquilo. Mas não apenas parece que em algum sentido “elevado” ou “filosófico” as premissas de AI são verdadeiras: elas parecem verdadeiras no sentido comum de “saber”. Na verdade, estamos inicialmente tentados a dizer que não há um sentido razoável no qual eu saiba que não sou um BIV ou no qual eu possa saber que tenho mãos se não sei que não sou um BIV. Como (se é que é possível) evitar o resultado cético forte é bastante intrigante.

Segundo, ao apresentar a estratégia contextualista, aceitei acima uma versão do contextualismo simpática ao cético – uma versão de acordo com a qual o cético filosófico pode ser (muito facilmente), e efetivamente é, bem sucedido ao elevar os padrões para o conhecimento de tal modo que torna as suas negações de conhecimento verdadeiras. Alguns contextualistas podem pensar que não seja fácil elevar os padrões para o conhecimento, e que um determinado oponente do cético pode, não deixando que o cético se safe e os eleve, manter os padrões baixos. Mas o ponto importante é identificar o mecanismo pelo qual o cético pelo menos ameaça elevar os padrões para o conhecimento. Se o cético é de fato bem sucedido contra um oponente determinado em elevar os padrões pouco importa. Para salvaguardar as alegações comuns de conhecimento e ao mesmo tempo explicar por que os argumentos céticos são tão persuasivos (que é o objetivo de sua estratégia), o contextualista pode *aceitar* provisoriamente uma versão do contextualismo amigável ao ceticismo, deixando como uma questão em aberto se, e em que condições, o cético realmente é bem

sucedido ao elevar tais padrões. O ponto alto do contextualista é este então: na medida em que o ceticismo é bem sucedido, ele o é apenas ao elevar os padrões para o conhecimento, e, por isso, o sucesso de seu argumento não tende a mostrar que as nossas alegações comuns de conhecimento são de alguma forma defectivas.

Terceiro, o AI pode ser intrigante mesmo que não estejamos na presença de um cético que o esteja apresentando. O argumento tem mais ou menos o mesmo grau de apelo intuitivo quando nós próprios o consideramos, sem que ninguém nos *diga* algo. Mas a explicação do contextualista, como descrita acima, envolve a mudança dos padrões de conhecimento pelo que é dito numa conversação.⁸ Na maior parte formularei a explicação contextualista em termos de tais regras conversacionais, em grande parte porque isso é o que foi feito pelos contextualistas que me precederam e com os quais quero fazer contato. Mas temos de nos atentar para o fato de que a solução resultante terá de ser generalizada para explicar por que o argumento pode ser tão atraente mesmo considerado na solidão, sem que ninguém o apresente. A ideia básica da generalização tomará uma ou ambas das seguintes formas. Primeiro, pode-se sustentar que há uma regra de alteração dos padrões para o conhecimento que regem as condições de verdade dos nossos *pensamentos* acerca daquilo que é e não é conhecido que espelha a regra para as condições de verdade daquilo que é *dito* como conhecimento. Nesse caso, um análogo da solução contextualista pode ser dado para o pensamento, de acordo com o qual as premissas e a conclusão de AI são pensadas como verdadeiras, mas que o meu pensamento verdadeiro de que, digamos, não sei que tenho mãos, no contexto de AI, será compatível com o meu pensamento, feito num outro contexto, que sei essa coisa. Segundo, o nosso juízo sobre se algo pode ou não ser asserido como verdadeiro (sob condições apropriadas) poderia ser sustentado como afetando o nosso juízo sobre sua verdade ou falsidade, mesmo quando emitimos esse juízo em isolamento, sem que ninguém o profira. Que as premissas de AI possam ser asseridas como verdadeiras faz com que elas, então, (pelo menos) pareçam verdadeiras mesmo quando estão a ser pensadas.

A minha própria solução empregará a estratégia contextualista básica explicada nesta seção. Mas, como já deve ser aparente, não explicamos por que AI é tão persuasivo, e, por conseguinte, não resolvemos o nosso enigma, pois não localizamos e explicamos a regra ou mecanismo conversacional pela qual o cético eleva (ou ameaça elevar) os padrões para o conhecimento. E aqui os contextualistas têm pouco a oferecer. As duas principais propostas já desenvolvidas são discutidas nas duas seções seguintes.

8 - Agradeço a Richard Grandy e Peter Unger por insistir nesse ponto.

3. Algumas soluções contextualistas anteriores: a “Regra de Acomodação” de Lewis

Embora artigos substanciais tenham sido amplamente dedicados ao contextualismo e sua capacidade de explicar o funcionamento dos argumentos céticos como AI, uma das melhores tentativas de explicar como (por qual regra ou mecanismo conversacional) o cético eleva os padrões para o conhecimento se encontra no “Scorekeeping in a Language Game” (1979) de David Lewis, um artigo que, embora não primariamente voltado para as atribuições de conhecimento, trata-as de passagem.⁹

De acordo com Lewis, as “regras de acomodação” operam em muitas esferas de discurso que contêm termos sensíveis ao contexto.¹⁰ Tais regras especificam que quando uma afirmação que contém tal termo é feita, então – *ceteribus paribus* e dentro de certos limites – o “jogo conversacional” tende a mudar, de modo a torná-la verdadeira, se preciso. Por exemplo, “plano”, de acordo com Lewis, é um termo sensível ao contexto: o quão plana uma superfície tem de ser para que uma frase descrevendo-a como “plana” seja verdadeira é uma questão variável que é determinada pelo contexto conversacional. E um modo de mudar o jogo conversacional no que diz respeito aos padrões adequados para a planidade é dizer algo que exigiria para a sua verdade uma mudança nos padrões. Suponha, por exemplo, que em certa conversa os padrões de planidade sejam relaxados a tal ponto que minha mesa conte como plana. Se eu então dissesse, “Minha mesa não é plana”, isso o que eu disse seria falso se avaliado de acordo com os padrões em funcionamento imediatamente antes disso ter sido dito. Mas a Regra de Acomodação especifica que em tal situação – pelo menos sob as circunstâncias corretas, quando a cláusula *ceteribus paribus* é satisfeita – os padrões para a planidade são de tal modo elevados para tornar a minha afirmação verdadeira.

Lewis sugere que os céticos manipulam uma regra similar a fim de alterar os padrões para aquilo que conta como conhecimento. De acordo com a explicação que dá Lewis da plausibilidade do ceticismo, então, as afirmações do cético mudam o jogo conversacional – neste caso elevam os padrões para o conhecimento¹¹ – de modo a tornar as afirmações

⁹ - Estou distinguindo aqui entre soluções contextualistas de acordo com o mecanismo ou regra que eles alegam elevar os padrões para o conhecimento. Embora haja sugestões da abordagem das Alternativas Relevantes (AR) em “Scorekeeping”, a Regra de Acomodação de Lewis é completamente diferente do mecanismo que grande parte dos teóricos AR postulam – por isso o tratamento separado de Lewis. Na medida em que Lewis *seja* um defensor das alternativas relevantes, os aspectos AR de seu tratamento são sublinhados abaixo na seção 4.

¹⁰ - Veja especialmente 346-47.

¹¹ - Para Lewis, assim como para os teóricos das Alternativas Relevantes (veja a seção 4 abaixo), a elevação dos padrões epistêmicos consiste em expandir o âmbito das alternativas relevantes àquilo que alguém acredita, isto é, o âmbito das alternativas que alguém tem de estar em posição de eliminar para ser considerado como sabendo.

do cético verdadeiras. Uma vez que os padrões para o conhecimento foram elevados, então

o epistemólogo de senso comum tem de conceder a derrota. Contudo, ele não estava de modo algum errado ao reivindicar conhecimento infalível. O que ele disse era verdadeiro no que respeita ao jogo em que ele estava antes.¹² (355)

Aqui Lewis apresenta a estratégia contextualista básica: ele protege a verdade daquilo que dizemos comumente, ou dizemos antes de o cético nos pegar, do ataque cético explicando o sucesso desse ataque em termos da mudança feita pelo cético daquilo que conta como conhecimento, ou, aqui, “conhecimento infalível”. Assim, o fato de o ataque cético ser tão persuasivo é explicado de tal modo que o torna inofensivo às nossas alegações comuns de conhecimento.

E essa explicação parece inicialmente ter sido feita sob medida para AI, pois a primeira premissa de AI é uma negação de conhecimento – precisamente o tipo de asserção que uma elevação nos padrões para o conhecimento pode ajudar a tornar verdadeira. Tal negação, então, é apenas um tipo de coisa que pode elevar os padrões para o conhecimento através de uma Regra de Acomodação. Talvez, quando o cético assira essa primeira premissa, os padrões para o conhecimento sejam elevados, via Regra de Acomodação, a um nível tal que não nos consideramos nem sabendo que não somos BIVs, nem que temos mãos.¹³

Mas uma Regra de Acomodação não consegue realmente explicar a persuasão de AI, ou, mais geralmente, de qualquer argumento pela hipótese cética. Para ilustrar vividamente por que isso é assim, imaginemos e comparemos dois céticos que estão tentando te convencer de que você não sabe que tem mãos. O “cético AI”, em conformidade com seu nome, depende de AI, que como notado na seção 1 é bastante poderoso. O “cético simples”, por outro lado, insiste simplesmente que você não sabe que tem mãos, não oferecendo qualquer raciocínio a favor dessa asserção cética.

Ao procurar uma solução ao enigma gerado por AI, deveríamos esperar por uma solução que, no mínimo, explicasse por que o cético AI é mais convincente do que o cético simples. Se

12 - Por que o epistemólogo de senso comum simplesmente não pode declarar que ele sabe, e confiar numa Regra de Acomodação para abaixar os padrões de modo a tornar a *sua* afirmação verdadeira? A isso Lewis responde que, por alguma razão admitidamente desconhecida, os padrões são mais facilmente elevados do que abaixados (355).

13 - Sendo justo, Lewis, como observei, trata o conhecimento apenas de passagem. Embora o cético imaginado por ele utilize uma hipótese cética (a de que alguém é vítima de um gênio enganador (355)), *sugerindo* que o tratamento que Lewis oferece deveria ser útil em resolver o enigma das hipóteses céticas, ele nunca tenta uma solução explícita ao nosso enigma. Contudo, uma vez que a solução pelo menos sugerida por Lewis é uma das melhores disponível, vale a pena deixar claro que ela não consegue resolver o enigma.

a nossa explicação não faz isso, então não explicamos como o argumento cético nos persuade de modo suficiente para diferenciá-lo de uma asserção cética pobre (e dogmático!).

Mas a Regra de Acomodação, tal como está, parece acomodar igualmente ambos os nossos céuticos imaginados. Quando o cético simples afirma que não sei que tenho mãos, a suposta Regra de Acomodação deveria elevar os padrões para o conhecimento a tal ponto que tornasse a sua afirmação verdadeira. Certamente, a cláusula *ceteripus paribus* pode bloquear esse resultado, dependendo de como ela for apresentada. Mas nada há nessa regra, pelo menos como ela tem sido articulada até agora, que favoreça o cético AI em detrimento do cético simples. Assim, a explicação baseada nessa Regra não diferencia entre esses dois céuticos. Mas se ela não faz isso, não resolve o nosso enigma.

Para evitar uma possível confusão, deixe-me expor claramente que a minha objeção não é contra a falta de precisão da solução proposta – que não fornecemos uma ideia muito clara de quando a Regra de Acomodação faz efeito, que a Regra apenas diz que os padrões *tendem* a mudar de certo modo contanto que a cláusula *ceteribus paribus* (altamente inarticulada) seja satisfeita. A minha própria solução será desse mesmo modo imprecisa. Não, o problema não é que a Regra não seja completamente satisfeita, mas antes que, pelas razões oferecidas acima, uma vez que o trabalho explicativo necessário para resolver o enigma não é feito pelos aspectos da Regra que temos fornecido, terá de ser feito por aqueles aspectos da Regra que ainda não foram fornecidos. E, como não temos a menor ideia de quais são esses aspectos, também não temos a menor ideia daquilo que pode resolver o enigma.¹⁴

Talvez, quando mais completamente articulada, a Regra de Acomodação operativa possa ser vista como contendo uma característica que favoreça o cético AI em detrimento do cético simples. Nesse caso, a solução para o nosso enigma, que até agora tem nos iludido, pode (pelo menos em parte) ser encontrada numa articulação mais completa dessa Regra.

Mas duvido que a solução esteja nessa direção sequer. Uma razão (secundária) para a minha dúvida é a de que alegações positivas para saber que a hipótese cética não é obtida parecem elevar os padrões para o conhecimento tanto quanto as negações de tal conhecimento.

Para ilustrar, usarei o exemplo similar de Fred Dretske das mulas pintadas para parecerem

14 - Nada disso é para negar que haja alguma Regra de Acomodação de acordo com a qual os padrões para o conhecimento tendem a ser elevados para “acomodar” as negações de conhecimento. E nem mesmo para negar que tais Regras de Acomodação ajudem o cético AI. Na verdade, penso que seja plausível supor que muitas negações de conhecimento, incluindo as dos céuticos AI, geralmente exercem pressão nos padrões para o conhecimento através de tal regra. Do mesmo modo, certos cenários (além de julgamentos, certas aulas de filosofia são bons exemplos), parece-me, tendem a militar em favor de padrões epistêmicos altos. Os céuticos AI podem tirar vantagem desses fatores, cuja influência pode explicar alguma persuasão de suas performances céticas. Mas para resolver o nosso enigma, queremos primariamente explicar o que a natureza dos argumentos cético em si adiciona à efetividade da performance do cético que vai além da contribuição do cenário cético e do fato de ele asserir a sua conclusão.

zebras (Dretske 1970, 1015-16). Se visse algo que parecessem ser zebras na jaula das zebras num zoológico, comumente eu afirmaria saber que os animais na jaula são zebras. (Suponha, por exemplo, que meu filho ao me perguntar, “Você sabe que animais são esses?”, eu responderia positivamente). Um cético poderia atacar esse suposto conhecimento com uma instância de AI em que O é *Aqueles animais são zebras* e H é *Aqueles animais são mulas pintadas para parecerem zebras*. As premissas resultantes são individualmente plausíveis, uma vez que eu não poderia distinguir uma mula pintada de uma zebra. Um tratamento contextualista dessa instância de AI afirmará que ao asserir essa premissa, o cético eleva os padrões para o conhecimento a um nível no qual não considero como conhecendo nem que os animais não são mulas pintadas nem que são zebras.

E parece de fato que uma vez que essa hipótese cética entra em cena, não posso facilmente afirmar saber aquilo que eu tão facilmente afirmava saber anteriormente. Para estar numa posição boa o bastante para afirmar saber que os animais são zebras de acordo com os padrões introduzidos pelo cético, tem-se de estar numa posição boa o bastante em que se possa excluir¹⁵ a hipótese que elas são mulas pintadas. Uma vez que eu não estou nesse tipo de posição epistêmica, não conto como conhecendo, embora talvez alguém mais familiarizado com mulas e zebras ainda conte como conhecendo, mesmo de acordo como esses padrões mais elevados – alguém, por exemplo, que estivesse em posição de dizer, “Não, não podem ser mulas: nenhuma cabeça de mula tem este formato”.

Mas esses mesmos padrões mais elevados parecem ser induzidos quando a hipótese cética é introduzida por uma alegação positiva de conhecimento que não é obtida. Suponha, para variar o exemplo de Dretske, que sou confrontado, não por um cético, mas por um zoólogo vaidoso. Ele se gaba, “Devido ao meu vasto conhecimento da anatomia das zebras e das mulas, sei que aqueles animais não são mulas disfarçadas de zebras; assim, sei que realmente são zebras”. Esse zoólogo, tanto quanto o cético, parece invocar padrões altos para o conhecimento aos quais ele, mas não eu, será considerado como sabendo que os animais são zebras. Ele certamente parece estar reivindicando mais do que o conhecimento mundano que até mesmo eu possuo – e alego possuir – num cenário comum de zoológico, onde não há tal zoólogo me dizendo o que é o quê.

Mas uma Regra de Acomodação não consegue dar conta *dessa* elevação dos padrões, pois o zoólogo não nega qualquer suposto conhecimento. Pelo contrário, ele faz alegações positivas de conhecimento, e uma elevação nos padrões para o conhecimento nunca pode ajudar a tornar verdadeira uma alegação positiva de conhecimento. Assim, como eu disse, uma Regra de Acomodação nada pode fazer para explicar essa elevação notável nos padrões epistêmicos.¹⁶

15 - Para mais comentários sobre essa noção de “excluir” veja as seções 4 e 5 abaixo.

16 - Foi-me proposto, a favor da Regra de Acomodação e da solução a AI que pode ser baseada nela, que o zoólogo vaidoso,

A minha razão primária para duvidar de que a nossa solução tem de ser encontrada numa articulação mais completa da Regra de Acomodação é esta: para explicar a persuasão de AI (e, em particular, de sua primeira premissa) de modo a diferenciar o cético AI do cético simples, temos de identificar a característica das hipóteses céticas que tornam particularmente difícil dizer ou pensar que alguém sabe que *elas* são falsas. Longe de ser encontrada numa Regra de Acomodação, então, a solução ao nosso enigma tem de ser encontrada, se é que vai ser, numa explicação daquilo que na hipótese cética torna essas proposições, como opostas a muitas outras proposições, tais armas céticas efetivas. Assim, para resolver o enigma, temos de estabelecer ou articular essa característica peculiarmente potente dessas proposições (as hipóteses céticas). E, uma vez que vemos que característica é essa e como ela funciona, a Regra de Acomodação é destinada a desempenhar apenas um papel bastante subsidiário (veja a nota 14) na explicação da efetividade do ataque cético.

A minha razão secundária para duvidar que a Regra de Acomodação pudesse resolver o nosso enigma merecia ser apresentada tanto porque ela me parece ter alguma força, quanto porque ela ilustra vividamente o seguinte fato: a pressão para elevar os padrões para o conhecimento que trazem as hipóteses céticas à tona é exercida tanto quando as hipóteses são levantadas nas negações de conhecimento, quanto nas alegações positivas de conhecimento.

4. Algumas soluções contextualistas anteriores: a abordagem das “Alternativas Relevantes” e a Regra de Relevância¹⁷

Talvez a solução mais popular ao nosso enigma tenha sido avançada pelos defensores da teoria das “Alternativas Relevantes” ao conhecimento (AR). Suponha novamente que um falante A diga, “S sabe que P”. De acordo com AR, tal asserção é feita dentro de e tem de ser avaliada contra certo enquadramento de *alternativas relevantes* a P. Saber que P é ter uma crença verdadeira de que P e ser capaz de excluir essas alternativas relevantes. Mas

embora ele não diga que não sei, ele sugere ou pressupõe fortemente que não sei, e a Regra de Acomodação opera aqui de acordo com a sua sugestão: os padrões aumentam de modo a tornar a sugestão verdadeira. Sou cético quanto a essa tentativa de salvar a solução por duas razões. Primeiro, suspeito que a regra se torne demasiadamente poderosa caso seja permitido funcionar de acordo com o que sugerimos tanto quanto com aquilo que dizemos. Segundo, os padrões para o conhecimento parecem também elevados mesmo quando o zoólogo vaidoso pensa que sou um especialista, e pensa que está me informando de que ele também sabe o que é o que. Aqui, ele não está sequer sugerindo que não sei.

17 - Fred Dretske (veja 1970, 1971, 1981a, 1981b), embora defenda uma teoria das Alternativas Relevantes, propõe um tratamento de AI bastante diferente deste descrita abaixo. Não estou certo sequer se a versão de Dretske de RA seja contextualista. (Como noto na parte 2 do meu 1992, alguém pode ser um teórico RA sem ser um contextualista). Uma coisa é clara sobre o tratamento de Dretske de AI: ele nega a premissa (2). Dado isso, o seu tratamento incorre nas mesmas dificuldades que o de Nozick; veja especialmente a seção 9 abaixo.

nem toda contrária ou alternativa a P é uma alternativa *relevante*.¹⁸ Num caso comum de alegação de que se sabe que alguns animais no zoológico são zebras, para usar novamente o exemplo Dretske, a alternativa de que elas são mulas disfarçadas não é relevante. Assim, posso de fato alegar saber que são zebras a despeito da minha incapacidade de excluir essa alternativa extravagante.

Mas em vários casos *extraordinários*, a hipótese das mulas pintadas é uma alternativa relevante. Poderia ter se tornado relevante por alguma característica extraordinária de S (o suposto sujeito do conhecimento) ou de seu entorno.¹⁹ Mas a maior parte dos teóricos AR são contextualistas, e permitem que as características do contexto conversacional no qual A (o atribuidor de conhecimento) se encontra, além das características de S e seu entorno, possam influenciar quais alternativas são relevantes.²⁰ Alvin Goldman, por exemplo, sugere que “se o falante está numa aula na qual o gênio maligno de Descartes é discutida”, então certas alternativas que comumente não são relevantes podem o ser (1976, 776).

É esse aspecto contextualista de (grande parte das versões de) AR que facilita a solução mais comumente proposta ao nosso enigma, a Solução das Alternativas Relevantes (doravante SAR). Com algumas leves variações em detalhe nas suas diferentes apresentações, a ideia básica da SAR é esta: ao *mencionar* a hipótese BIV na apresentação de sua primeira premissa, o cético AI *torna* essa hipótese relevante. Uma vez que a hipótese cética tenha se tornado relevante, percebemos corretamente que não podemos de fato alegar saber algo contrário a isso a menos que possamos excluí-la. Uma vez que somos incapazes de excluí-la, e uma vez que é uma alternativa tanto a *Não sou um BIV* quanto a *Tenho mãos*, percebemos corretamente que poderíamos apenas alegar falsamente saber essas coisas. Assim, o cético verdadeiramente afirma que não sabemos que a hipótese não é obtida, e concluí verdadeiramente então que não sabemos que temos mãos.²¹

18 - Veja, por exemplo, Dretske 1970, 1022; Goldman 1976, 772; e Stine 1976, 249.

19 - Assim, se S está num zoológico que regularmente usa mulas pintadas numa tentativa de tapear os visitantes, então a hipótese da mula pintada é relevante. Portanto, muito embora S seja sortudo o bastante de estar nesse zoológico num dos raros dias em que zebras de verdade são usadas, não se pode dizer verdadeiramente que S sabe que são zebras a menos que ela seja capaz de excluir a hipótese da mula pintada, o que não pode fazer a menos que saiba mais do que eu sobre zebras e mulas.

20 - Como expliquei na parte 2 do meu 1992, um teórico AR pode ser um invariantista se ele permite apenas fatores sobre o suposto sujeito do conhecimento e seu entorno, e não fatores conversacionais pertencentes ao falante (o atribuidor de conhecimento), influenciando quais alternativas são relevantes. As coisas ficam complicadas com as alegações de conhecimento em primeira pessoa quando S e A são idênticos. Nesse caso, além de permitir as características que influenciam o quão boa é a posição epistêmica que o nosso sujeito efetivamente está, e que por meio disso se fixam a ele enquanto suposto sujeito de conhecimento, os teóricos AR também permitirão as características de seu contexto conversacional, que influenciam o quão boa uma posição em que ele tem de estar para contar como conhecimento, e que por meio disso fixam-se a ele enquanto atribuidor de conhecimento, influenciem qual a extensão das alternativas relevantes.

21 - Novamente, estou apenas oferecendo uma versão dessa solução contextualista simpática ao cético. Um teórico AR poderia ser menos amistoso ao cético sustentando, por exemplo, que a menção a uma alternativa a torna relevante somente se o parceiro conversacional do sujeito permitir que ele se safe tornando-a relevante.

Por que então ficamos perplexos? Porque ao mesmo tempo percebemos que a hipótese BIV não é comumente relevante. Percebemos que na maior parte das circunstâncias conversacionais nas quais nos encontramos, a nossa capacidade de excluir a hipótese cética introduzida não é uma barreira a que afirmemos verdadeiramente que sabemos coisas tais como a de que temos mãos. Assim, mesmo quando achamos as negações de conhecimento do cético persuasivas, percebemos que quando nos encontramos novamente em contextos comuns, não será apenas correto afirmarmos saber tal coisa, mas também será errado negar que as sabemos só porque não podemos excluir a hipótese BIV. O que não nos damos conta, de acordo com SAR, é que as nossas alegações comuns de que sabemos tais coisas como a de que temos mãos são compatíveis com a atual negação do cético de que sabemos tais coisas.

SAR é, portanto, uma instância da estratégia contextualista geral – segundo a qual a elevação dos padrões consiste em aumentar o conjunto das alternativas que são relevantes e que temos, portanto, de estar em posição de excluí-las para que sejamos considerados como sabendo. A regra ou mecanismo conversacional que SAR postula para aumentar o conjunto (elevando os padrões para o conhecimento) é a de que *mencionar* uma proposição Q – *ceteribus paribus* e dentro de certos limites, sem dúvida – tende a tornar Q uma alternativa contextualmente relevante a qualquer P que seja contrária a Q. Chame a isso *Regra de Relevância*.²²

Note que essa Regra de Relevância, como oposta à Regra de Acomodação, pode lidar com casos como o do zoólogo vaidoso, no qual uma alegação positiva de saber que a hipótese cética não foi obtida parece ter o mesmo efeito no significado das frases contendo “sabe” que teria numa negação de tal conhecimento. Isso é esperado de acordo com a presente Regra de Relevância, segundo a qual tanto a negação quanto a alegação de conhecimento, por incluir uma menção da hipótese cética, expandirão o conjunto das alternativas relevantes de modo que incluirá essa hipótese difícil de se excluir.

Mas para explicar a persuasão de AI (particularmente de sua primeira premissa), e, por conseguinte, resolver o nosso enigma, um tratamento de AI tem de nos dizer o que nas hipóteses céticas torna tão difícil de dizer que sabemos que elas não são obtidas. A característica central das hipóteses céticas de que SAR se aproveita é: não conseguimos excluí-las.

22 - É claro que não deveríamos sustentar que uma menção qualquer de uma proposição a torne uma alternativa relevante. Para ser tornada relevante a proposição, sem dúvida, tem de ser introduzida apropriadamente numa conversa. Mas o defensor de SAR pode plausivelmente dizer ter explicado a persuasão de AI ainda que não tenha dado uma especificação exata das condições nas quais a menção de uma proposição a torna uma alternativa relevante. Ao sustentar plausivelmente que ao apresentar AI o cético introduz apropriadamente a sua hipótese cética na conversa, o defensor de SAR pode deixar para um projeto futuro a especificação mais exata do quais exatamente são as maneiras apropriadas. Embora isso por si só não será nem necessário e nem suficiente para que a menção de uma proposição seja do tipo correto para aumentar o conjunto de alternativas relevantes de modo a incluí-la, não obstante, pode ser relevante que na apresentação que o cético faz da primeira premissa de AI, a menção da hipóteses ocorra dentro do escopo de um operador epistêmico – “S não sabe que...”

E não há algo nessa explicação? Pois, parece que de fato não podemos excluir as hipóteses céticas (eficazes), e parece que é precisamente esse fato que as torna tais armas céticas eficazes.

Mas ainda que seja plausível supor que não podemos excluir as hipóteses céticas, e também plausível dizer que não sabemos que elas não são obtidas, é fútil tentar explicar a plausibilidade dessa última através da primeira.

De fato, há uma profusão de outras expressões que podem ser usadas plausivelmente para descrever a nossa posição epistêmica aparentemente limitada em relação às hipóteses céticas eficazes. Todas das seguintes descrições sobre a minha posição vis-à-vis a hipótese BIV têm alguma plausibilidade inicial: não posso excluí-la, não sei que ela não é obtida (e não sei se ela é obtida), não posso dizer que ela não é obtida (e não posso dizer se ela é obtida), não consigo discernir se ela não é obtida (e não consigo discernir se ela é obtida), não posso distinguir a sua obtenção da sua não obtenção, e assim por diante. Contudo, citar uma dessas para explicar a plausibilidade da outra não nos dá o mínimo avanço em entendimento.

O que dá conta da plausibilidade de se dizer que não sei que não sou um BIV? O fato de que não consigo discernir que não sou um? Isso não é explicação. Parece-me tão bom (na verdade, melhor) reverter as coisas e dizer que o fato de que não sei que não sou um BIV dá conta da plausibilidade de se dizer que não consigo discernir que não sou um.

O mesmo vale para a exclusão. É de fato plausível supor que não podemos excluir as hipóteses céticas. E é plausível que não saibamos que elas não sejam obtidas. Mas isso não parece avançar o nosso entendimento o bastante para explicar a plausibilidade de uma pela outra.

(Um exercício para o leitor: pegue aleatoriamente duas das avaliações negativas da nossa posição epistêmica vis-à-vis as hipóteses céticas eficazes. Considere então se a plausibilidade da primeira pode ser explicada com referência à segunda. Depois, reverte as coisas e considere se a plausibilidade da segunda pode ser explicada com referência à primeira. Tente o mesmo procedimento com outros pares de descrições. (Se você está esgotando tais avaliações negativas, você achará fácil, seguindo a minha lista, encontrar muitas outras). Avalie *então* o sucesso de se explicar a plausibilidade da primeira premissa do AI com referência ao fato de que não podemos excluir as hipóteses cética eficazes.

Para explicar por que sentimos certa tentação em descrever a nossa posição epistêmica frente às hipóteses céticas em algumas das maneiras acima menos do que de maneiras satisfatórias – tanto quanto muitas outras maneiras que não me preocupei em mencionar – precisamos de uma explicação que escape desse círculo de termos de avaliação

epistêmica intimamente relacionados.²³ Na verdade, como emergirá nas seções seguintes (especialmente na seção 8), a melhor explicação da plausibilidade da primeira premissa de AI também parece fornecer uma boa explicação de por que parece que não podemos excluir as hipóteses céticas, como também uma explicação da plausibilidade de várias outras avaliações pessimistas. Uma vez posta essa explicação, torna-se ainda mais claro que nenhuma das coisas usadas nessa explicação podem ser apropriadamente usadas para explicar ambas.

5. A Abordagem das Condicionais Subjuntivas (ACS) da plausibilidade da primeira premissa de AI

O principal obstáculo às soluções contextualistas que discutimos foi a falha em explicar o que nas hipóteses céticas torna tão plausível supor que não sabemos que elas são falsas. Esse ponto de fraqueza nas soluções contextualistas é o ponto forte particular do tratamento de Nozick ao AI em seu *Philosophical Explanations* (1981). Nesta e nas próximas três seções, apresentarei e defenderei a *Abordagem das Condicionais Subjuntivas* (ACS) da plausibilidade da primeira premissa de AI, que abstrai da abordagem de Nozick ao conhecimento e ao ceticismo.

De acordo com ACS, o problema com a minha crença de que não sou um BIV – e tenho tal crença, como a maioria de nós – é que eu teria essa crença (que não sou um BIV) ainda que ela fosse falsa (ainda que eu fosse um). É isso que torna difícil eu alegar *saber* que não sou um BIV. Pois, de acordo com ACS, temos uma inclinação geral muito forte, embora não sem exceção, de pensar que não sabemos que P quando pensamos que a nossa crença de que P é uma crença que teríamos sustentado ainda que P fosse falsa. Digamos que a crença de S de que P é *insensitiva* se S acreditaria que P caso P fosse falsa. A generalização da ACS pode então ser reformulada como se segue: tendemos a julgar que S não sabe que P quando pensamos que a crença de S de que P é insensitiva.

Vale a pena notar que essa inclinação geral explica a operação das hipóteses céticas não-filosóficas que são bem menos radicais que a hipótese BIV ou mesmo que a hipótese da mula pintada. Ela serve, assim, para explicar por que, muito embora eu me sinta inclinado a dizer que sei que o Bulls venceu o jogo da última noite porque li o resultado num único jornal, sinto-me ainda fortemente tentado a admitir a alegação (brandamente) cética de que

23 - Goldman (1976) propõe “discriminar” aquilo que alguém acredita de uma alternativa relevante a ela em termos daquilo que alguém acreditaria se a alternativa fosse obtida. Isso, combinado com a Regra de Relevância, poderia produzir uma abordagem ao ceticismo próxima a que defenderei aqui. O próprio Goldman não propõe uma solução ao problema cético; ele tenta permanecer neutro quanto essa questão. Trabalharei, contudo, na direção que penso que Goldman apontou.

não sei que o jornal não está errado sobre qual time venceu: percebo que a minha crença de que o jornal não está errado é uma crença que eu sustentaria ainda que fosse falsa (ainda que o jornal estivesse errado).

De fato, após nos depararmos com várias instâncias de AI com diferentes hipóteses céticas representadas por “H” (por exemplo, as hipóteses BIV, das mulas pintadas, do jornal errado), desenvolvemos uma compreensão daquilo que torna uma hipótese cética eficaz e, desse modo, uma capacidade de construir instâncias convincentes de AI. Para tornar a segunda premissa de AI convincente é geralmente suficiente (embora não necessário) que H seja incompatível com O. Mas e quanto à primeira premissa? Para torná-la convincente, procuramos instintivamente por uma hipótese que desperte no ouvinte tanto a crença de que a hipótese não é obtida e um reconhecimento de que essa crença é uma crença sustentariamos ainda que a hipótese fosse obtida.

Ao ouvir a hipótese, tipicamente ao invés de a evitarmos nos projetamos nela. Como as coisas me pareceriam se a situação fosse obtida? Ora, quase (ou talvez exatamente) como se parecem efetivamente a mim. E no que, então, eu acreditaria caso tal situação “estranha” fosse obtida? Quase (ou exatamente) no que acredito efetivamente. Por exemplo, e em particular, se eu fosse um BIV, acreditaria tão firmemente quanto acredito efetivamente que eu *não sou* um. Mas se essa crença é uma crença que eu sustentaria ainda que fosse falsa, como eu poderia estar em posição de dizer, ou discernir, ou *saber* que é verdadeira?

Como já aludi, uma explicação similar em termos de condicionais subjuntivas pode explicar a plausibilidade dos outros modos pelos quais nos sentimos inclinados a descrever a nossa posição epistêmica aparentemente limitada vis-à-vis as hipóteses céticas eficazes. Considere especialmente a descrição envolvendo “excluir”. Num cenário normal de um zoológico a maioria de nós consideraria saber que os animais na jaula da zebra são zebras. A partir disso, parece, seríamos capazes de inferir que não são mulas pintadas, uma vez que zebras não são mulas. Assim, por que somos relutantes em considerar o fato de eu ver as zebras e fazer a inferência como um caso de exclusão da hipótese da mula pintada? Porque acreditaríamos que elas não fossem ainda que fossem. E do mesmo modo porque aparentemente não podemos discernir que elas não são e porque parece que não podemos distinguir elas serem mulas pintadas de não serem, etc.

Vale a pena também notar a utilidade da ACS em explicar a nossa relutância em atribuir conhecimento em certas situações de loteria. Mesmo quando as chances de você ser um perdedor são astronômicas altas (há 20 milhões de bilhetes, dos quais apenas um é o vencedor, e você tem apenas um bilhete), pode parecer que você não sabe que é um perdedor de uma loteria justa se o vencedor ainda não tiver sido anunciado. A ACS dá conta

dessa aparência: a sua crença de que você é um perdedor é uma crença que você sustentaria ainda que você fosse o vencedor.

A ACS é uma explicação poderosa. Mas há problemas. Como sugeri acima, há exceções à inclinação geral à qual ACS recorre: há casos nos quais nos parece que algum S sabe que P muito embora julguemos que S acreditaria que P ainda que P fosse falsa. Algumas dessas exceções serão rapidamente discutidas nas seções 6 e 7 abaixo. A primeira e principal observação a se fazer acerca dessas exceções, obviamente, é que essa inclinação muito geral não precisa ser sem exceções para desempenhar o papel explicativo que ACS atribui a ela. Na seção 8 veremos bases fortes para endossar ACS como sendo pelo menos o caminho correto a despeito das exceções à generalização a qual ela apela. Mas essas exceções ainda merecem ser examinadas, pois elas indicaram certas direções importantes nas quais ACS pode ser melhorada, muito embora estejamos em posição de tornar ACS idealmente precisa aqui.

6. ACS, avós, e métodos

Consideremos primeiro um caso discutido por Nozick:

Uma avó vê que o seu neto está bem quanto ele a visita; mas se ele estivesse doente ou morto, outras pessoas poderiam dizer a ela que ele estava bem para poupar-lhe sofrimento. Contudo, isso não significa que ela não sabe que ele está bem (ou pelos menos estável) quando ela o vê. (1981, 179)

Parece nesse caso que a avó sabe que o seu neto está bem, embora possa parecer que ela não satisfaça a terceira condição de uma forma preliminar da análise de Nozick de S sabe que P, que é:

(3) Se p não fosse verdadeira, S não acreditaria que p .

A resposta de Nozick é relativizar essa terceira condição ao método pelo qual S veio a acreditar que p , obtendo:

(3) Se p não fosse verdadeira e S não tivesse usado M para obter uma crença de se é o caso (ou não) que p , então S não acreditaria, via M , que p (179),

em que “ M ” é o método pelo qual S veio a acreditar que p .²⁴

Ao contrário de Nozick, não estou apresentando uma análise do conhecimento proposicional. Mas o seu caso da avó parecer ser também uma exceção à inclinação geral a qual ACS apela: nesse caso não estamos de todo inclinados a pensar que a avó não sabe que seu neto está bem, muito embora possa parecer que se ele não estivesse bem, ela ainda acreditaria que ele estivesse. A generalização que ACS utiliza diz que tendemos a julgar que S não sabe quando S não satisfaz a terceira condição de Nozick para o conhecimento. Uma possibilidade aqui é seguir Nozick *bem* de perto modificando a generalização de modo que ele se refira à terceira condição modificada de Nozick ao invés da original, e, por conseguinte, assim como Nozick, relativizar explicitamente a nossa abordagem ao método pelo qual S acredita que P .

Geralmente, porém, o contexto cuida disso por nós. Mesmo a alguém ciente da probabilidade de que a família da avó a mantivesse na ignorância sobre a condição de seu neto não estivesse ele bem, *pode* parecer que mesmo a formulação inicial de Nozick da terceira condição para o conhecimento é satisfeita pela avó. Numa maneira de avaliar essa condicional simples, parece que se o neto não estivesse bem, a avó *não* acreditaria que ele estivesse bem. Afinal, ele parece normal a ela! A semântica padrão dos mundos possíveis para as condicionais contrafactuais pode iluminar o que se passa aqui. Quando procuramos pelos mundos possíveis mais similares ao mundo efetivo no qual o neto não está bem, os aspectos nos quais os mundos possíveis têm de se assemelhar ao mundo efetivo é uma questão altamente sensível ao contexto. Especialmente onde o contexto se foca na atenção que damos à avó e às suas habilidades cognitivas e de reconhecimento, *podemos* dar grande ênfase à similaridade com respeito ao método que ela está usando para alcançar as suas crenças, e então pode parecer que no mundo mais próximo no qual o neto não está bem, que ela olha para ele adequadamente e vê que ele não está bem, e por isso *não* acredita que ele está bem. De acordo com esse modo de avaliar a condicional, a avó satisfaz mesmo a formulação inicial da terceira condição de Nozick, e ela não é um contraexemplo à generalização utilizada por ACS. Mas, ao avaliar essa condicional simples, podemos também enfatizar outras similaridades, particularmente aquelas envolvendo as propensões e planos de vários membros da família (ou quaisquer outros fatos que fundamentem o juízo

24 - Precisamente, o que Nozick faz é isto: ele analisa a locução técnica “ S sabe, via método M , que p ”, e em seguida analisa a relação de S saber que p em termos dessa locução técnica. A terceira condição revisada que apresentei é parte da tentativa de Nozick de analisar a locução técnica.

de que se o neto não estivesse bem, a avó seria de fato enganada), para chegar ao veredito de que se ele não estivesse bem, ela *acreditaria* que ele estivesse bem.

Podemos refinar ACS especificando que tendemos a julgar que S não sabe quando ele não satisfaz a formulação inicial de Nozick de (3), em que (3) é avaliada de tal modo que é dada grande ênfase na similaridade quanto ao método de formação de crença utilizado por S, ou, seguindo Nozick, podemos introduzir uma especificação do método na antecedente de (3).²⁵ Mas em nenhum caso isso faz uma modificação bastante precisa; ao invés, indica meramente a direção na qual uma abordagem mais precisa poderia repousar, pois qualquer uso da noção de *métodos* de formação de crença em nossa explicação incita várias questões (muitas delas tratadas por Nozick) envolvendo como tais métodos têm de ser especificados e individuados.

7. ACS e algumas hipóteses céticas que não funcionam

Certas instâncias do AI não são muito persuasivas. A primeira premissa do argumento pode ser bastante inconvincente a despeito do fato de ACS prever que a achamos plausível. Suponha, por exemplo, que em uma tentativa de mostrar por AI que não sei que tenho mãos, um cético utilize, ao invés da hipótese BIV, a seguinte H simples: acredito falsamente que tenho mãos. A instância resultante de AI parece ter pouca força ou não ter mais força do que uma alegação cética sem apoio de que não sei que tenho mãos. É na primeira premissa que essa infortunada instância de AI malogra. Mas a minha crença de que não acredito falsamente que tenho mãos é insensitiva: se essa crença fosse falsa (se eu acreditasse falsamente que tenho mãos) ainda acreditaria que fosse verdade (Ainda acreditaria que não acredito falsamente que tenho mãos). Igualmente insensitiva é a minha crença de que a seguinte hipótese é falsa: sou um cachorro inteligente que está sempre pensando incorretamente que tem mãos. Se essa minha crença fosse falsa (se eu fosse tal cachorro inteligente enganado) ainda acreditaria que era verdadeira (ainda acredita que não sou tal criatura). Assim, ACS, como formulada até agora, prevê que nos parecerá que as crenças acima não equivalem a conhecimento e que acharemos plausível a primeira premissa de AI que resulta quando as hipóteses acima são usadas. Mas, na verdade, essas instâncias da primeira premissa de AI estão longe de serem

25 - Essas não são modificações idênticas. De acordo com a primeira opção, a similaridade no que respeita ao método é fortemente enfatizada, mas pode ser mais enfatizada por outros fatores. Por conseguinte, assim avaliada, os mundos mais similares nos quais a antecedente da (3) original é verdadeira podem ser os mundos que divergem do mundo efetivo no que diz respeito ao método pelo qual S veio a acreditar que P. Em contraste, de acordo com a segunda opção, uma vez que o método pelo qual S acredita que P se torna parte da antecedente da condicional que estamos avaliando ((3) modificada), os mundos possíveis mais próximos no qual essa antecedente é verdadeira não podem ser mundos que divergem do mundo efetivo no que respeita ao método.

convincentes. Oposto às hipóteses BIV, parece que *sabemos* que a hipótese do cachorro enganado e a hipótese da crença falsa simples são falsas.

Novamente, a principal observação a ser feita aqui é que a generalização de ACS não precisa ser sem exceção para ser explicativa. Embora um refinamento chisholmizado mais preciso de ACS pudesse não ter as negações dessas H's ineficazes como instâncias daquelas proposições que diz que tendemos a julgar que não sabemos, farei aqui apenas uma observação preliminar daquilo que poderia estar errado. Parte do problema com essas “hipóteses” é que elas não nos dão muita ideia de *como* vim a ter a crença falsa que me atribuem. Hipóteses supostamente explicam; as hipóteses céticas deveriam explicar como poderíamos vir a acreditar em algo a despeito de sua falsidade. A primeira dessas hipóteses simplesmente estipula que estou errado sobre eu ter mãos sem indicar como vim a estar completamente errado. A segunda adiciona à primeira que sou um cachorro, o que pouco adiciona à nossa compreensão de como o meu erro sobre ter mãos aconteceu. Em contraste, quando nos deparamos com hipóteses céticas eficazes, temos alguma compreensão de como (se H for verdadeira) viemos a acreditar falsamente que O. Se alguma de nossas hipóteses ineficazes for completada de modo que nos deixe claro como vim a acreditar falsamente que tenho mãos, tornar-se-á eficaz.

A generalização de ACS foi esta: tendemos a julgar que S não sabe que P quando pensamos que a crença de S é insensitiva (quando pensamos que S acreditaria que P ainda que P fosse falsa). A limitação da generalização de ACS sugerida por esses casos é a seguinte: *não* nos julgamos ignorantes de P quando não-P implica algo que consideramos saber ser falso sem fornecer uma explicação de como viemos a acreditar falsamente nessa coisa que pensamos saber. Assim, *Acredito falsamente que tenho mãos* implica que não tenho mãos. Uma vez que me considero como sabendo que tenho mãos (*essa* crença não é insensitiva), e uma vez que a proposição em itálico acima não explica como errei em relação a eu ter mãos, julgarei que sei que essa proposição seja falsa. Mas isso novamente é apenas uma apresentação preliminar, e há espaço para muito mais refinamento aqui. O que precisamos agora é de uma garantia de que estamos na direção certa.

8. ACS confirmada

Tal garantia tem de ser encontrada considerando-se aquilo que faria parecer-nos que sabemos que as hipóteses céticas são falsas.

Mas consideremos primeiro o caso da loteria. Como notado acima na seção 5, ficamos confusamente relutantes em alegar conhecimento em certas situações de loteria. A explicação fornecida por ACS para esse fenômeno é intuitivamente apelativa: parece que o fato de que acreditaríamos que seríamos perdedores ainda que fossemos vencedores é o que amplamente está por trás do nosso juízo de que não sabemos que somos perdedores. ACS ganha um apoio adicional poderoso quando consideramos as bases que nos parecem suficientes para o conhecimento de alguém ser um perdedor. Na situação da loteria, a mínima chance de estar errado parece privar alguém de conhecimento. Mas se vamos nos preocupar com tais chances mínimas de erro, então por que parece que você sabe que você é um perdedor após o número vencedor ter sido anunciado no rádio e você ter comparado os números do seu bilhete com os números completamente diferentes anunciados? Afinal, os anúncios no rádio *podem* estar errados; aquilo que você está ouvindo *pode* não ser um anúncio de rádio real, mas a voz de um amigo lhe pregando uma peça; você *poderia* estar sofrendo de uma estranha ilusão momentânea e lido mal os números em seu bilhete, e assim por diante. Todas as possibilidades remotas, para falar a verdade. Mas, uma vez que já permitimos as mais ínfimas chances de erro, por que essas possibilidades não nos privam do conhecimento mesmo após o anúncio ter sido feito e ouvido?

A explicação de ACS de por que não pensamos que sabemos *antes* do anúncio ser feito é que naquele momento julgamos que se não fossemos os perdedores, ainda acreditaríamos que fossemos. Note que uma vez que você ouviu o anúncio dos números vencedores e os comparou com os números do bilhete, *já* não parece que se você tivesse sido o vencedor, você acreditaria que fosse um perdedor. Ao invés, julgamos que nesse caso você acreditaria que fosse o vencedor ou pelo menos suspenderia o juízo assim que revisse freneticamente o jogo. É bastante impressionante que a própria ocorrência que seria suficiente para fazer parecer-nos que você sabe que é um perdedor (o anúncio do rádio) também muda o nosso juízo sobre a verdade da condicional usada em ACS para explicar por que nos parece que você não sabe antes do anúncio ser feito. A ocorrência que nos permite julgar que sabemos nesse caso também remove aquilo que ACS postula como o impedimento ao nosso juízo de que sabemos. Isso é uma indicação de que ACS identificou corretamente o impedimento.

ACS fornece similarmente uma explicação intuitivamente atraente de por que nos parece que não sabemos que as hipóteses céticas são falsas, como também notado na seção 5. Ela novamente recebe uma poderosa confirmação adicional quando prestamos atenção aos casos nos quais alguém aparentemente sabe que as hipóteses céticas não são obtidas (casos nos quais as hipóteses céticas que são comumente eficazes não são eficazes). O zoólogo vaidoso que introduzi no fim da seção 3 parece saber que os animais na jaula da zebra não são mulas pintadas, ao passo que eu pareço não saber. Mas o próprio conhecimento de

anatomia que aparentemente o permite saber que não são mulas pintadas também tem a consequência de que se os animais *fossem* mulas pintadas, o zoólogo, ao contrário de mim, *não* acreditaria que não fossem. E embora eu pareça não saber que não são mulas pintadas simplesmente olhando para elas, parece que eu poderia vir a saber isso caso fizesse alguma investigação especial – talvez, como sugerido na bibliografia (Stine 1976, 252), envolvendo a remoção da pintura. *Quais* investigações funcionariam (e sob quais condições)? Um exame de vários cenários produziria uma correlação impressionante: as investigações que aparentemente me permitissem saber que os animais não são mulas pintadas também afetariam o nosso juízo quanto ao valor de verdade da condicional subjuntiva tão crucial a ACS. Uma vez que eu complete a investigação, parece que tanto eu, quanto o zoólogo, *não* acreditaríamos que os animais não fossem mulas pintadas se de fato o fossem. E do mesmo modo, ao checar apropriadamente fontes independentes, eu poderia estar numa posição na qual aparentemente eu *saberia* que o jornal não está errado sobre o Bulls ter vencido na última noite. Mas as checagens que aparentemente permitem esse conhecimento também fariam parecer que se o jornal estivesse errado, então eu *não* acreditaria que não estivesse. Frequentemente ACS coloca certo impedimento aos nossos juízos de que sabemos também remover esse impedimento. Isso torna difícil não acreditar que ACS esteja pelo menos aproximadamente correto.

No caso da hipótese BIV, é difícil testar ACS desse modo, pois é difícil imaginar uma situação na qual parece que um sujeito sabe que não é um BIV. Mas isso apenas confirma ACS: embora seja difícil imaginar uma situação na qual alguém parece saber que não é um BIV, é igualmente difícil imaginar circunstâncias nas quais o impedimento que ACS impõe seja removido. Isto é, é difícil imaginar uma situação na qual alguém acredite que não é um BIV mas que a condicional *Se S fosse um BIV, então S acreditaria que não é um BIV* não é verdadeira. Pois, da maneira como a hipótese BIV é formulada, o cérebro é eletroquimicamente estimulado de modo que a pessoa tem exatamente as experiências que efetivamente tem tido. Mas então ela não teria formado precisamente as crenças que efetivamente tem formado, incluindo a crença de que não é um BIV?

Ao contrário da explicação envolvida na Solução das Alternativas Relevantes, a presente explicação da plausibilidade da primeira premissa de AI não pode ser facilmente revertida: tentar dar conta da plausibilidade da condicional subjuntiva *Se H fosse verdadeira, eu acreditaria que ela fosse falsa* com referência ao (suposto) fato de que não sei que H é falsa certamente parece pôr as coisas às avessas. Tanto melhor é seguir a rota nozickiana proposta em explicar a plausibilidade de se negar o conhecimento com referência à condicional.

Ademais, como foi o caso com o não saber, as investigações que reverteriam os nossos

outros juízos pessimistas sobre a sua postura vis-à-vis a hipótese cética lhe colocaria numa posição de dizer que você não acreditaria que a hipótese é falsa caso fosse verdadeira. Assim, por exemplo, para fazer parecer que você possa dizer que aqueles animais não são mulas pintadas, você tem de se colocar numa posição tal que você não acreditaria que eles não fossem caso fossem. E, como foi o caso com o não saber, nenhuma dessas explicações pelas condicionais subjuntivas parece facilmente reversível.

Parece que essa explicação, ACS, para a plausibilidade da primeira premissa de AI tem de estar (pelo menos aproximadamente) correta e, portanto, aponta para parte da solução do nosso enigma.

Na verdade, alguns leitores se perguntarão por que afirmei apenas que a nossa tendência geral de não considerar crenças insensitivas como instâncias de conhecimento explica a plausibilidade da premissa e de repente parei e não aceitei a sensibilidade como uma condição necessária para o conhecimento²⁶ e, portanto, simplesmente endossado a primeira premissa como verdadeira. Contudo, embora tenhamos visto fortes razões para simplesmente aceitar a primeira premissa de AI, há também fortes razões para aceitar a segunda premissa e para aceitar a negação de sua conclusão. Temos de parar algures; não podemos simplesmente aceitar todos os três membros dessa tríade como verdadeira. Para resolver esse enigma, afirmarei que a primeira premissa de AI, embora não *simplesmente* verdadeira, é verdadeira de acordo como os elevados padrões pouco comuns para o conhecimento. Argumentarei, porém, que a minha solução explica por que a premissa parece verdadeira e, mais geralmente, por que a sensibilidade parece necessária para o conhecimento. Se a minha solução fornecer a melhor explicação para como os três membros da nossa tríade embaraçosa parecem verdadeiros, isso será uma boa razão para parar onde a minha solução indica, ao contrário de uma de suas rivais inferiores – o ceticismo imprudente.

9. A solução de Nozick e a conjunção abominável

O próprio tratamento de Nozick de AI, do qual ACS foi abstraída, falha. Esse tratamento é baseado na abordagem de Nozick do conhecimento como crença *sensitiva* verdadeira, em que, grosso modo, a crença verdadeira de que p de alguém é sensitiva ao valor de verdade de p se essa pessoa não teria acreditado que p caso p tivesse sido falsa.²⁷ Assim, o tratamento de

²⁶ - Ou, dadas as expectativas à tendência geral que discutimos nas seções 6 e 7, por que não aceitei que algum refinamento chisholmiano apropriado da exigência de sensibilidade (que tem como instâncias, instâncias convincentes da primeira premissa de AI) seja necessário para o conhecimento.

²⁷ - Embora essa apresentação da abordagem de Nozick ao conhecimento seja aproximada, não afetará o meu tratamento,

Nozick de AI envolve a aceitação da primeira premissa do cético. Mas, ao mesmo tempo, e muito desastrosamente, também envolve negar a segunda. Você *não* sabe que você não é um BIV, defende Nozick, pois qualquer crença que você pudesse ter nesse sentido é insensitiva: você teria sustentado essa crença ainda que ela fosse falsa (ainda que você fosse um BIV). Contrário a isso, diz Nozick, a sua crença de que você tem mãos é uma crença sensitiva: se fosse falsa – se você não tivesse mãos – você não a sustentaria. Assim, você sabe que tem mãos muito embora não saiba que não é um BIV. O erro do cético – a segunda premissa – é supor que você pode saber que tem mãos somente se também souber que não é um BIV.

Ou assim defende Nozick. Este não é o lugar para uma avaliação geral da análise de Nozick do conhecimento proposicional, de modo que nos concentraremos nos resultados dessa análise quando aplicada às crenças em questão em AI. A abordagem de Nozick aqui funciona bem ao dar o veredito intuitivamente correto para os juízos particulares relevantes sobre aquilo que é conhecido e aquilo que não é. A maioria de nós julga saber coisas tal como que temos mãos, e esse é o veredito de Nozick. E quando a hipótese cética é bem escolhida, parece bastante plausível à maioria de nós que não sabemos que ela não é obtida. Mas há três questões relevantes ao nosso enigma: É a primeira premissa de AI verdadeira? É a segunda premissa verdadeira? É a sua conclusão verdadeira? E é fácil endossar a resposta intuitivamente correta a duas dessas três questões se você estiver disposto a manter uma postura implausível à terceira.

Nozick mantém uma postura implausível sobre a segunda premissa, negando-a mesmo em face de seu apelo intuitivo.²⁸ Aceitar esse tratamento envolve a adoção da conjunção abominável de que embora você não saiba que não é um BIV sem corpo (e sem mãos!), você ainda sabe que tem mãos. Assim, embora a abordagem de Nozick funcione muito bem

que se aplicaria igualmente bem à abordagem completa de Nozick. Pulei inteiramente a quarta condição de Nozick ao conhecimento, mas acredito que, de qualquer modo, essa quarta condição seja redundante: ela é automaticamente satisfeita quando a crença verdadeira está presente. Como também já notei, Nozick dá conta do método de formação de crença em sua versão final da terceira condição. O mesmo acontece com a quarta.

28 - Em 205-6 Nozick admite esse apelo, e mais adiante escreve, “Assim, se a nossa noção de conhecimento fosse tão forte quanto naturalmente tendemos a pensar (nomeadamente, fechado sob a implicação lógica conhecida), então o cético estaria correto. (Mas por que pensamos isso naturalmente? É preciso mais exploração e explicação das raízes intuitivas da suposição natural de que o conhecimento é fechado sob a implicação lógica conhecida)” (242).

Nozick é bastante duro como os anticéticos que escolhem, ao invés, negar a primeira premissa; ele escreve: “O cético afirma que não sabemos que as suas possibilidades não são obtidas, e que ele está correto. As tentativas de evitar o ceticismo alegando que sabemos essas coisas estão fadadas ao fracasso. As possibilidades céticas nos deixam preocupados porque, quando compreendemos vivamente, não sabemos que elas não são obtidas; não é surpreendente que essas tentativas de mostrar que sabemos essas coisas nos deixa desconfiados, soando mesmo como má fé” (201). Mas observações similares poderiam ser feitas sobre Nozick. Como o próprio Nozick admite, a segunda premissa tem o seu apelo intuitivo. Assim, por que não dizer que aquilo que “compreendemos vivamente” é que se você não sabe que não é um BIV, então você não sabe que tem mãos, e que o cético está correto sobre *isso*? A negação de Nozick da segunda premissa me deixa tão “desconfiado” quanto a negação da primeira, e embora a negação de Nozick não soe como má fé, as negações da primeira premissa não parecem melhores candidatas para tal ataque.

para as intuições relevantes particulares sobre o que não é conhecido, produz um resultado intuitivamente bizarro sobre o juízo comparativo que a segunda premissa incorpora.²⁹

Como prometido, não repetirei as poderosas objeções à análise de Nozick do conhecimento proposicional já avançadas,^{30 31*} mas, supondo que essa análise não seja independentemente convincente até que nos voltemos ao problema das hipóteses céticas,³² ficamos com pouca razão para seguir Nozick em escolher ter uma postura implausível precisamente onde ele tem e não em algum outro lugar.

Isso nos deixa numa situação difícil. Pois, como vimos nas seções 5 e 8 acima, ACS é bastante poderosa. A explicação é que percebemos que qualquer crença que poderíamos ter no sentido de que uma hipótese cética (eficaz) não é obtida é insensitiva, e estamos inclinados a pensar que as crenças insensitivas não constituem conhecimento. Como podemos adotar essa explicação sem seguir Nozick em ter de implausivelmente negar a segunda premissa de AI e adotar a conjunção abominável?

10. A força da posição epistêmica e a segunda premissa de AI

Eis como: incorporar ACS a uma solução contextualista ao nosso enigma que evite a trapalhada com a segunda premissa de AI. Na verdade, proponho um endosso *muito* forte da segunda premissa.

Lembre-se que de acordo com as teorias contextualistas de atribuições de conhecimento, o quão forte a posição epistêmica de um sujeito tem de ser para tornar verdadeira uma atribuição de conhecimento, por parte do falante, a esse sujeito é uma questão flexível que pode variar de acordo com as características do contexto conversacional do falante. Central

29 - Quais são as bases de Nozick para rejeitar a segunda premissa? Nozick nota que a premissa é uma instância de um princípio muito geral no sentido de que o conhecimento é fechado sob implicação conhecida (veja a nota 33 abaixo). Após admitir que o princípio de fechamento *parece* verdadeiro (205-6), Nozick afirma que está errado, e as suas razões para essa afirmação provêm de sua análise do conhecimento: dada a sua análise, o conhecimento não será fechado (veja especialmente 206-8). Assim, Nozick confia em sua análise para nos mostrar que a segunda premissa é falsa a despeito de seu apelo intuitivo. E, de fato, Nozick desenvolveu e defendeu a sua análise do conhecimento (na parte 1 do capítulo 3) antes de aplicá-la ao problema do ceticismo (na parte 2).

30 - Infelizmente, aquele que talvez seja o ataque mais poderoso à teoria do conhecimento de Nozick, feita por Saul Kripke em palestras, em idos de 1985, tanto quanto sei ainda não foram publicadas. Para aqueles interessados na literatura crítica sobre Nozick, um bom lugar para começar é com Forbes 1984 e vários dos ensaios em Luper-Foy 1987. Ainda para uma leitura adicional, Luper-Foy 1987 contém uma excelente bibliografia.

31 - * As objeções de Kripke à teoria do conhecimento de Nozick foram publicadas com o título "Nozick on Knowledge", capítulo 7 de *Philosophical Troubles: collected papers vol. 1*, de Saul Kripke (2011), Oxford University Press. (Nota do trad.)

32 - Como observado na nota 29, Nozick depende fortemente da plausibilidade independente da sua análise para fornecer a força para o seu tratamento de AI.

ao contextualismo, então, é a noção de *força (relativa) da posição epistêmica*. Ao apresentar e defender o contextualismo, descobri que a maioria dos ouvintes sentem que entendem perfeitamente bem o que quero dizer quando afirmo, por exemplo, que às vezes os padrões para o conhecimento são mais altos do que o comum, ou que em algumas situações conversacionais a posição epistêmica de alguém tem de ser mais forte do que em outras para contar como conhecimento. Contudo, tanto melhor seria clarificar essa importante noção de força da posição epistêmica oferecendo, por exemplo, um teste intuitivo para quando a posição epistêmica de alguém for mais forte do que a de outrem. A melhor ferramenta são as *condicionais comparativas*. Pode-se ter uma variedade de bases para a aceitação de condicionais como *Se Mugsy é alto, então Wilt é alto*, e *Se Wilt não é alto, então Mugsy não é alto*. Mas uma boa base para aceitar essas condicionais é o conhecimento comparativo de que Wilt é pelo menos tal alto quanto Mugsy. E do mesmo modo, onde S é um suposto sujeito de conhecimento, P é uma proposição verdadeira em que S acredita, e A e B são situações nas quais S se encontra, podemos similarmente ter bases comparativas para se aceitar as condicionais da forma *Se S sabe que P em A, então S sabe que P em B*. Em tal caso, as bases comparativas para a nossa aceitação é perceber que S está numa posição epistêmica *pelo menos tão forte* no que diz respeito a P na situação B quanto está no que diz respeito à mesma proposição na situação A, e essa condicional comparativa serve como um bom teste intuitivo para esse fato comparativo: ela trás esse fato à luz.

Assim, por exemplo, para tomar alguns exemplos de Alvin Goldman (1976), seja Henry o nosso sujeito epistêmico, e seja *Aquilo que Henry está vendo é um celeiro* a coisa que Henry supostamente sabe. Tanto na situação F (para “fachada”) quanto na situação N (para “não de fachada”), Henry está dirigindo pelo interior e, não tendo razão para pensar que algo de incomum esteja acontecendo, acredita bastante firmemente, e se considera como sabendo, que o objeto que ele está vendo é um celeiro. E, de fato, em ambos os casos, é um celeiro. Mas em F, sem que saiba disso, Henry está numa área cheia de celeiros de fachada bastante convincentes – fachadas de celeiros feitas de papel machê. Na verdade, podemos supor que Henry foi enganado mais do que vinte vezes por tais celeiros de fachada, embora ele agora esteja olhando para o único celeiro real nas redondezas, e, por isso dessa vez acredita verdadeiramente que aquilo para o qual ele está olhando é um celeiro. N é exatamente como F, exceto pelo fato de que não há celeiros de fachada na área – as coisas que Henry considerou como celeiros são de fato celeiros. No que diz respeito a esses exemplos, a condicional *Se Henry sabe em F, então ele sabe em N* parece fazer a comparação correta, indicando que Henry está numa posição epistêmica pelo menos tão forte na situação N quanto na situação F. A falha evidente de *Se Henry sabe em N, então ele sabe em F* de fazer a comparação correta mostra que Henry não está numa posição tão forte de saber em F

quanto em N. Juntos esses resultados indicam que Henry está numa posição epistêmica mais forte em N do que em F.

Como é importante para a nossa discussão da segunda premissa de AI, as condicionais comparativas podem ser usadas do mesmo modo para testar a força relativa da posição epistêmica de um único sujeito com respeito a *proposições diferentes* que esse sujeito acredita na mesma situação: assim, a correção intuitiva de *Se S sabe que P, então S sabe que Q* e *Se S não sabe que Q, então S não sabe que P* pode indicar que S está numa posição epistêmica pelo menos tão forte no que respeita a Q quanto está em respeito a P.³³

Às vezes nenhum veredito claro resulta quando tentamos avaliar uma condicional dessa maneira comparativa, pela boa razão de que não é claro como as duas posições epistêmicas que estamos avaliando se comparam uma com a outra. Assim, se comparamos uma situação na qual Henry vê bem o celeiro mas há vários celeiros de fachada pela redondeza que ele ainda não encontrou com uma situação na qual não há celeiros de fachada nas adjacências de Henry mas que ele não vê tão bem o celeiro, as condicionais relevantes podem ser difíceis de se avaliar. Mas, em muitos casos, algumas das condicionais relevantes *são* claramente verdadeiras de acordo com as bases comparativas.

Tal é o caso com as instâncias da segunda premissa de AI em que a hipótese cética é bem escolhida. Elas parecem verdadeiras e *são* verdadeiras, sugiro, por exatamente essa razão comparativa: quando percebemos, *estamos* numa posição pelo menos tão boa de saber que a hipóteses é falsa quando estamos em posição de saber algum conhecimento comum.³⁴ Olhemos brevemente para algumas instâncias. Lembre-se dos seguintes pares de

33 - E, é claro, tais condicionais podem ser usadas para fazer todo tipo de outras comparações: a força comparativa das posições epistêmicas de dois *sujeitos diferentes* em relação à mesma proposição ou em relação a proposições diferentes, a força da posição epistêmica de um sujeito em relação a uma proposição numa situação quando comparada a essa mesma posição epistêmica do sujeito em relação a uma proposição diferente numa situação diferente, etc.

34 - Como é bem sabido, as instâncias da segunda premissa de AI são geralmente instâncias do princípio de que o conhecimento é fechado sob implicação lógica conhecida: $Kp \ \& \ K(p \text{ implica } q) \rightarrow Kq$. (No próximo parágrafo explico por que isso não é sempre o caso, pelo menos quando o princípio de fechamento não é fortalecido como lá descrito). Como também é bem sabido, há exceções ao princípio assim formulado, e poderíamos tomar vários reparos para torná-lo exatamente correto. Mas, como Nozick, a malícia daquele que nega o fechamento, afirma, “Seríamos imprudentes, contudo, se nos preocupássemos com as minúcias de P [o princípio de que o conhecimento é fechado sob implicação conhecida]. Embora esses detalhes sejam difíceis de explicitar, continuará a parecer que algo como P está correto” (1981, 205). Nozick continua a defender que essa aparência é enganadora. Acredito que algo como P esteja correto, e que não compita com a minha presente abordagem da segunda premissa de AI: quando uma condicional é uma instância do princípio de fechamento apropriadamente formulado, o fato comparativo relevante envolvendo a força da posição epistêmica é obtido. Veja Brueckner 1985 para argumentos cuja negação dos princípios de fechamento para o conhecimento “não é um projeto anticético prolífico” (112).

Embora restrições tenham de ser feitas ao princípio de fechamento que o enfraqueçam em certos aspectos, pode haver outros aspectos em que ele seja fortalecido. Algumas instâncias da segunda premissa de AI são convincentes muito embora H seja compatível com O. Por exemplo, a hipótese BIV parece minar o meu suposto conhecimento de *Não estou em Houston* e também de *Tenho mãos*, mas, certamente, que sou um BIV sem corpo é compatível com eu estar em Houston. Talvez, se S tem de saber que P, então S tem de saber que não-Q para qualquer Q (embora restrições tenham de ser feitas) tal que se Q fosse verdadeira, S não acreditaria que P. Assim, o conjunto de Qs que temos de saber que não foram obtidas pode ser estendido de modo a incluir

proposições epistemologicamente perplexas:

não-H

- Não sou um BIV.
- Os animais não são mulas pintadas.
- O jornal não estava errado sobre o Bulls ter vencido na noite passada.

O

- Tenho mãos.
- Os animais são zebras.
- O Bulls venceu na noite passada.

Dadas suposições de fundo naturais, podemos perceber que o seguinte fato comparativo vale para cada um dos pares abaixo: Não estou em melhor posição de saber que O do que estou de saber que não H. Esse fato comparativo é revelado em cada caso pela condicional altamente plausível que é a segunda premissa de AI: se não sei que não-H, então não sei que O. Intimamente ligado a esse fato comparativo em cada caso está a compreensão relacionada e intuitivamente convincente de que não seria mais sábio apostar a alma na verdade de O do que na verdade de não-H.

Proponho então aceitarmos a condicional relevante em relação a cada um dos pares acima, e aceitarmos outras instâncias convincentes da segunda premissa de AI. De fato, essas condicionais são verdadeiras *independente do quão altos ou baixos os padrões para o conhecimento sejam estabelecidos*. Assim como o fato comparativo de que Wilt é pelo menos tão alto quanto Mugsy tem o resultado de que a condicional *Se Wilt não é alto, então Mugsy não é alto* será verdadeira a despeito do quão altos ou baixos tenham sido estabelecidos os padrões de altura, de modo que o fato comparativo de que estou numa posição epistêmica quanto não-H pelo menos tão forte quanto estou quanto a O resultará em *Se não sei que não-H, então não sei que O* como verdadeira independente de quão altos ou baixos os padrões para o conhecimento tenham sido estabelecidos. Assim, não teremos de seguir Nozick aceitando a conjunção abominável: essa conjunção é falsa em qualquer padrão epistêmico.

Com essa forte aceitação da segunda premissa de AI firmemente ancorada podemos retornar à primeira premissa, esperando incorporar ACS numa abordagem contextualista da plausibilidade dessa premissa.

11. Força e Sensitividade

Como tem se tornado aparente, as duas noções centrais à minha tentativa de resolver o

não apenas as proposições que são incompatíveis com P, mas também aquelas que se tivessem sido o caso, então S não saberia que P. Aquelas Qs que são incompatíveis com P serão vistas então como casos especiais daquelas que estão em desacordo com S saber que P. Barry Stroud discute um princípio de fechamento mais forte como esse em seu 1984 (25-30).

nosso enigma são, por um lado, a noção nozickiana de sensibilidade das crenças, e, por outro lado, a noção de força da posição epistêmica. Embora ambas as noções ainda precisem de muito refinamento e explicação (e receberão apenas algumas aqui), já obtivemos resultados interessantes aplicando-as aos pares de proposições epistemologicamente desconcertantes apresentados acima. Em cada caso, a crença de alguém em O é sensitiva, ao passo que a sua crença em não-H é insensitiva. Contudo, ao mesmo tempo, essa pessoa está numa posição epistêmica em relação a não-H tão forte quanto em relação a O.

Tanto para o segundo quanto para o terceiro par de proposições, alguém poderia coletar evidências adicionais, fortalecer a sua posição epistêmica em relação a não-H e O, e ainda *tornar* sensitiva a sua crença de que não-H. Mas mesmo antes dessa evidência adicional ter sido coletada, a crença dessa pessoa de que O *já* é sensitiva, a despeito do fato de essa pessoa já não estar numa posição epistêmica mais forte em relação a O do que em relação a não-H. (No que respeita ao primeiro par de proposições, é difícil imaginar uma situação na qual alguém esteja em tal posição forte quanto a não ser um BIV e que essa crença seja sensitiva).

Isso nos leva a um *insight* importante sobre as hipóteses céticas: a nossa posição epistêmica em relação a proposições que visam a não obtenção das hipóteses céticas tem de ser mais forte do que é em relação a outras proposições mais comuns (*e.g.*, as nossas O's acima) caso a crença em tais proposições tenha de ser sensitiva.

Uma explicação das nossas duas noções centrais em termos de mundos possíveis fornecerá uma imagem parcial e bastante aproximada, embora ainda de algum modo iluminante, de como essa situação pode surgir. Uma componente importante de se estar numa posição epistêmica forte em relação a P é a correspondência da crença de que P com o fato de que P não apenas no mundo efetivo, mas também nos mundos suficientemente próximos ao mundo efetivo. Isto é, a crença não deveria ser apenas verdadeira, mas deveria ser não acidentalmente verdadeira, o que requer que a crença de que P corresponda aos fatos nos mundos próximos. Quanto mais distante do mundo efetivo, mesmo sendo ainda o caso que a crença corresponda ao fato nos mundos mais distantes e nos mais próximos, mais forte será a posição com respeito a P. (Voltando aos resultados da seção 6, deveríamos nos lembrar de restringir a nossa atenção apenas àqueles mundos nos quais o sujeito usa o mesmo método de formação de crença que usa no mundo efetivo, ou de examinar cuidadosamente a similaridade no que respeita ao método usado pelo sujeito na determinação da proximidade dos mundos possíveis ao mundo efetivo). Se o rastreamento da verdade da crença de que P se estende para longe o bastante da efetividade para alcançar os mundos mais próximos não-P, então a pessoa não acredita que P nesses mundos mais próximos não-P, e a sua crença de que P é sensitiva. Mas o quão distante da efetividade o

rastreamento da verdade tem de alcançar – o quão forte uma posição epistêmica tem de ser – para tornar a crença de alguém de que P sensitiva? Isso, certamente, depende do quão distante da efetividade os mundos mais próximos não-P estão.

Considere a minha crença de que tenho mãos. Acredito nisso no mundo efetivo, e isso é verdade. Além disso, nos outros mundos próximos nos quais tenho mãos, acredito que tenho. Há também, pelo menos no meu próprio caso, alguns mundos assustadoramente próximos nos quais não tenho mãos. Esses incluem mundos nos quais perdi as minhas mãos anos atrás enquanto trabalhava no caminhão de lixo do meu tio. No mais próximo desses mundos não-P não estou completamente ciente do fato de que não tenho mãos, e a minha crença de que tenho mãos corresponde aos fatos. A minha crença de que tenho mãos não corresponde aos fatos em vários mundos nos quais sou um BIV, claro, mas esses são *muito* distantes. Embora haja mundos mais próximos nos quais a correspondência falhe, parece que num conjunto bastante amplo de mundos adjacentes ao mundo efetivo, a minha crença de que tenho mãos corresponde perfeitamente aos fatos. Assim, estou numa posição bastante forte em relação a essa questão.

Mas seja P *Não sou um BIV*. Quando não-P (aqui, *Sou um BIV*) é bastante remota, alguém pode estar numa posição epistêmica bastante forte em relação a P por apenas acreditar que P em todos os mundos próximos. Como acredito nesse P em tais mundos próximos, estou numa posição epistêmica bastante forte em relação a esse P. Isso pode ocorrer, e no meu caso ocorre, muito embora a crença de que P não corresponda aos fatos nos mundos não-P mais próximos: uma vez que mesmo o mais próximo dos mundos não-P é bastante distante, a minha crença de que P não precisa corresponder a fatos distantes do mundo efetivo para estar numa posição bastante forte no que respeita a P.

Mas para que a crença de que P seja sensitiva, *não* se pode acreditar que P nos mundos não-P mais próximos. Uma vez que as hipóteses céticas tendem a se ligar a possibilidades de algum modo remotas (e às vezes muito remotas), então, podemos estar numa posição relativamente forte em relação às crenças que visam a sua não obtenção (uma vez que a crença de que elas não são obtidas corresponde aos fatos num conjunto amplo de mundos próximos ao efetivo), embora essas crenças permaneçam insensitivas (uma vez que ainda acreditaríamos que as hipóteses não são obtidas nos mundos possíveis nos quais elas são obtidas). Ao contrário, quando P é tal que há mundos tanto P quanto não-P bastante próximos ao mundo efetivo, a crença de que P tem de ser sensitiva (temos de não acreditar que P nos mundos não-P mais próximos) a fim de se estar mesmo numa posição epistêmica minimamente forte em relação a P, e, conversamente, não é preciso estar numa posição muito forte para que a crença seja sensitiva.

12. A Regra da Sensitividade e o início de uma nova solução contextualista

O *insight* importante sobre as hipóteses céticas – que a nossa posição epistêmica em relação às proposições que visam a não obtenção das hipóteses céticas tem de ser mais forte do que é frente a outras proposições antes que as crenças em tais proposições possam ser sensitivas – sugere uma nova abordagem contextualista de como, ao apresentar AI, o cético eleva os padrões para o conhecimento. Chamemos tal regra conversacional que essa nova abordagem postula como o mecanismo pelo qual o cético eleva os padrões para o conhecimento de “Regra da Sensitividade”. Embora uma formulação mais geral dessa regra seja desejável, apresentá-la-ei de tal modo que ela se aplique apenas a atribuições e (negações) de conhecimento, uma vez que tais aplicações são o que é necessário para resolver o presente enigma.³⁵ Assim limitada, a nossa regra é simplesmente esta: quando asserido que algum sujeito S sabe (ou não sabe) alguma proposição P, os padrões para o conhecimento (os padrões de quão boa é a posição epistêmica que alguém tem de estar para ser considerado como sabendo) tendem a ser elevados, se necessário, a tal nível que exija que a crença de S nessa P particular seja sensitiva para contar como conhecimento. Quando a P envolvida visar a não obtenção da hipótese cética, essa regra dita que os padrões serão elevados a um nível bastante alto, pois, como vimos, tem-se de estar numa posição epistêmica mais forte em relação a uma proposição estabelecendo que uma hipótese cética seja falsa – relativo a outras proposições mais comuns – antes que a crença em tal proposição possa ser sensitiva.

Um exemplo em termos de mundos possíveis novamente fornece uma imagem aproximada, mas ainda iluminante, de como a Regra de Sensitividade opera. O contexto, eu disse, determina o quão forte a posição epistêmica tem alguém tem de ser para contar como conhecimento. Imagine tal exigência como uma esfera de mundos possíveis contextualmente determinada centrada no mundo efetivo dentro da qual uma crença de um sujeito de que P é verdadeira tem de corresponder aos fatos a fim de que o sujeito

35 - Introduzir uma hipótese cética numa conversa de formas diferentes das atribuições e negações de conhecimento pode parecer elevar os padrões para o conhecimento. Por exemplo, ao invés de argumentar, “Você não sabe que o jornal não está errado sobre o resultado do jogo na noite passada; portanto, você não sabe que o Bulls venceu”, um cético pode insistir, “Considere essa proposição: O jornal está errado sobre quem venceu o jogo. Agora, tendo claramente em mente essa proposição, responda-me isto: você *realmente* sabe que o Bulls venceu?” Certamente, como com a Regra de Relevância (veja a nota 22), não é *qualquer* menção de uma hipótese cética que parece alavancar o mecanismo para elevar os padrões de conhecimento que estou prestes a articular.

seja considerado como sabendo. (Dados os resultados da seção 6, temos de nos lembrar novamente de restringir a nossa atenção apenas àqueles mundos nos quais o sujeito usa o mesmo método de formação de crença que usa no mundo efetivo, ajustar cuidadosamente a similaridade no tocante ao método que o sujeito usa na determinação da proximidade dos mundos possíveis ao mundo efetivo). Chame a essa esfera de a esfera dos mundos epistemicamente relevantes. Quando os padrões para o conhecimento aumentam, a esfera dos mundos epistemicamente relevantes se torna maior – o rastreamento da verdade de uma crença tem de se estender para lá da efetividade para ser considerada conhecimento. Dada essa imagem, a Regra de Sensitividade pode ser formulada como se segue: quando é asserido que S sabe (ou não sabe) que P, então, se necessário, aumente a esfera dos mundos epistemicamente relevantes de modo que inclua pelo menos os mundos mais próximos nos quais P é falsa.

Uma solução poderosa ao nosso enigma resulta quando seguimos a estratégia básica contextualista (veja a seção 2) e utilizamos essa Regra de Sensitividade para explicar de que modo os padrões para o conhecimento são elevados através da apresentação AI feita pelo cético. Embora muitas características e virtudes notáveis dessa solução sejam melhores explicadas através de sua comparação com as outras soluções propostas ao nosso enigma, como farei nas próximas seções, a ideia básica da presente solução é esta. Ao utilizar AI para atacar o nosso suposto conhecimento de O, o cético escolhe instintivamente a sua hipótese cética, H, de modo que ela terá estas duas características: (1) estaremos numa posição de saber que não-H pelo menos tão forte quanto a de saber que O, mas (2) qualquer crença que pudéssemos ter de que não-H será uma crença insensitiva (uma crença que sustentaríamos ainda que não-H fosse falsa – isto é, ainda que H fosse verdadeira). Dada a característica (2), a asserção do cético de que não sabemos que não-H, pela Regra da Sensitividade, eleva os padrões para o conhecimento a tal ponto que torna essa asserção verdadeira. Pela Regra da Sensitividade, recorde-se, os padrões para o conhecimento são elevados a um nível tal que nos é exigido que a crença de que não-H seja sensitiva antes que possamos contá-la como conhecimento. Uma vez que a nossa crença de que não-H não é sensitiva (característica (2)), os padrões são elevados a um nível tal que não contamos como sabendo não-H. E uma vez que não estamos numa posição epistêmica em relação a O mais forte do que em relação a não-H (característica (1)), então, de acordo com os altos padrões estabelecidos pela asserção da primeira premissa de AI feita pelo cético, também não sabemos que O. De acordo com esses padrões elevados, o cético asserir verdadeiramente a sua segunda premissa (que, recorde-se, é também verdadeira de acordo com padrões mais baixos), e então asserir verdadeiramente a conclusão de AI de que não

sabemos que O.³⁶ Isso dá conta da persuasão de AI. Mas uma vez que, de acordo com essa abordagem, o cético chega a estabelecer verdadeiramente a sua conclusão apenas por elevar os padrões para o conhecimento, AI não ameaça a verdade das nossas alegações comuns de que sabemos as O's do nosso conhecimento que o cético ataca. Pois o fato de o cético poder estabelecer padrões muito altos que nos são inatingíveis não tende a mostrar que não satisfazemos os padrões mais relaxados vigentes nas conversações e debates mais comuns.

13. A Regra de Sensitividade e ACS:

uma comparação da nossa nova solução com outras soluções contextualistas e com a solução de Nozick

Lembre-se de que o problema com as outras soluções contextualistas vistas por nós é que elas falham em explicar adequadamente por que a primeira premissa de AI tem a força intuitiva que tem (quando a hipótese cética empregada é bem escolhida). A nossa nova solução ganha uma vantagem importante sobre as suas rivais contextualistas por incorporar ACS. Explicamos a plausibilidade da primeira premissa de AI com referência aos seguintes dois fatos. Primeiro, qualquer crença que pudéssemos ter de que uma hipótese cética não é obtida (onde essa hipótese é bem escolhida) é insensitiva: quando nos damos conta, sustentaríamos essa crença ainda que fosse falsa (ainda que a hipótese não fosse obtida). E, segundo, temos uma inclinação bastante geral para pensar que não sabemos que P quando percebemos que a nossa crença de que P é insensitiva – quando percebemos que acreditaríamos que P ainda que P fosse falsa.

Seguimos Nozick ao empregar ACS. Mas divergimos de seu tratamento na nossa abordagem de por que o segundo fato acima se dá. De acordo com a abordagem de Nozick, temos a inclinação geral lá apresentada porque o nosso conceito de conhecimento é, grosso modo, o de crença verdadeira sensitiva. Isso daria conta da nossa inclinação em negar o status de conhecimento a crenças insensitivas, mas também nos faria asserir facilmente conjunções abomináveis, que, de fato, repugnamos.

A nossa nova solução evita essa desventura por não incorporar uma condição de sensitividade no próprio conceito de conhecimento. A noção de sensitividade, ao invés, encontra lugar mais apropriado em nossa abordagem contextualista de como os padrões para

36 - Novamente, estou supondo aqui uma versão simpática ao cético de contextualismo. Veja a segunda observação importante feita no final da seção 2.

o conhecimento são elevados, e o segundo fato acima é explicado como se segue. Quando a crença de S de que P não é sensitiva, S não está numa posição epistêmica boa o bastante para ser considerado como sabendo que P pelos padrões que, de acordo com a Regra de Sensitividade, estariam vigentes pela própria alegação de que S sabe (ou não sabe) que P. Assim, uma asserção de que S não sabe que P, na qual a crença de S de que P é insensitiva, elevará os padrões para o conhecimento a um nível alto o bastante para tornar essa negação de conhecimento verdadeira. Uma alegação positiva de que S *sabe* que P, por outro lado, está fadada ao fracasso: a alegação elevará os padrões para o conhecimento a um nível suficientemente alto para tornar essa alegação falsa. Assim, quando a crença de S de que P for insensitiva, podemos asserir *verdadeiramente* que S *não* sabe que P, e podemos apenas dizer *falsamente* que S *sabe* que P. Não é de se admirar, então, que o segundo fato se dê!

Deste modo, incorporamos ACS de maneira bem sucedida, explicando a plausibilidade da primeira premissa de AI sem seguir Nozick em permitir conjunções abomináveis.

14. A nossa nova solução contextualista clarificada e comparada com a solução direta

O enigma das hipóteses céticas, recorde-se, diz respeito às premissas de AI junto com a negação de sua conclusão:

1. Não sei que não-H.
2. Se não sei que não-H, então não sei que O.

não-C- Sei que O.

Uma solução ao enigma tem, certamente, de dar um veredito quanto à verdade de cada uma dessas três, mas tem também de explicar por que as achamos plausíveis.

Sejamos claros sobre o que nossa presente solução contextualista tem a dizer sobre cada uma delas. O nosso veredito sobre (2) é o de que ela é verdadeira independentemente do padrão epistêmico no qual é avaliada, de modo que a sua plausibilidade é facilmente explicada. Mas isso, combinado com o endosso similarmente entusiástico de (1), nos deixaria num ceticismo evidente. Evitamos esse fado endossando (1) como verdadeira, não em todos os

padrões, mas apenas naqueles padrões incomumente inflados que conduzem ao ceticismo. Assim, de acordo com a nossa solução, sabemos, por exemplo, que não somos BIVs, de acordo com os padrões baixos para o conhecimento. Mas, embora (1) seja falsa quando avaliada de acordo com esses padrões baixos comuns, somos capazes de explicar a sua plausibilidade, como vimos, através do fato de que os padrões elevados nos quais (1) é verdadeira são precisamente os padrões em que uma asserção ou negação dela entra em cena. Uma vez que as tentativas de asserir (1) resultarão sempre em verdade, e as tentativas de negá-la são destinadas a produzir falsidades,³⁷ não é uma surpresa que a achemos tão plausível.

E quanto a não-C? De acordo com a presente solução, as alegações de conhecimento de proposições comuns são verdadeiras de acordo com os padrões baixos comuns mas falsas de acordo com a padrões altamente inflados que, pela Regra de Sensitividade, são postos em ação pela asserção de (1). Não-C parece plausível porque é verdadeira quando avaliada nos padrões mais normalmente aplicados. Mas, perguntar-se-á, por que achamos essas alegações de conhecimento plausíveis mesmo quando estamos num contexto no qual o cético tenha elevado os padrões a um nível tal que essas alegações são falsas? É preciso um pouco de cautela aqui. É controverso exatamente o quão intuitivamente correta não-C nos parece ser em tal contexto. A maioria de nós sente alguma ambivalência. Tal ambivalência é esperada quando estamos lidando com um enigma consistindo de proposições mutuamente inconsistentes, das quais todas são individualmente plausíveis. Pois, quando as proposições são conjuntamente consideradas, teremos a seguinte boa razão para se duvidar de cada uma delas: a de que as outras parecem verdadeiras. E é difícil distinguir a dúvida de não-C que surge dessa própria fonte geral (que a sua falsidade se segue das outras coisas que achamos plausíveis) daquela que surge do fato de que os padrões são altos. De qualquer forma, a própria força que não-C continua a exercer em (pelo menos grande parte de) nós mesmos quando os padrões são altos é explicada na maneira delineada na seção 2: mesmo quando estamos num contexto regido pelos elevados padrões nos quais não contamos como sabendo que O, percebemos ao mesmo tempo que, tão logo que nos encontramos em contextos conversacionais mais comuns, não será apenas verdadeiro para nós alegar saber essas O's que o cético agora nega que sabemos, mas será também errado para nós negar que sabemos essas coisas. É fácil, então, pensar que a presente negação do cético tem de ser

37 - Mas para os casos nos quais parece que alguém *pode* dizer verdadeiramente "S sabe que não-H", a despeito do fato de que a crença de S que não-H é insensitiva, veja o capítulo 3, seção J ("Low-Strength Claims to Know that Skeptical Hypotheses Do Not Obtain") do meu 1990. Em tais casos, dadas certas características da situação conversacional, a Regra de Sensitividade não opera. Elas constituem exceções à regra de que não se pode verdadeiramente chamar uma crença insensitiva de conhecimento. Como expliquei lá, recebo bem essas exceções, e, na verdade, ficaria um tanto preocupado se não houvesse tais exceções. Pois é uma característica do meu tratamento de AI que sabemos que as hipóteses céticas são falsas de acordo com padrões epistêmicos baixos. Eu acharia um tanto embaraçoso se nunca pudéssemos *alegar* ter tal conhecimento por meio de simples atribuições de conhecimento, e estou tranqüilizado pelo resultado de que em circunstâncias conversacionais especiais, parece que *podemos* alegar verdadeiramente saber que não-H, a despeito do fato de que a nossa crença de que não-H ser insensitiva.

igualmente falsa e que seria igualmente verdadeiro para nós, na presença do cético, alegar saber que O.

Os vereditos que a presente solução apresenta acerca dos valores de verdade dos membros da tríade são complicados pelo fato de a nossa solução ser uma solução contextualista. Apenas (2) recebe o mesmo veredito independente de quais são os padrões epistêmicos; os valores de verdade de (1) e (não-C) variam com o contexto. É exatamente dessa variação que a nossa solução depende para explicar como caímos no conflito de intuições. As soluções não-contextualistas (doravante, “diretas”), por outro lado, têm de escolher um dos membros dessa tríade para negar, alegando que é falsa de acordo com os padrões epistêmicos invariantes que regem todas as atribuições e negações de conhecimento: a solução “mooriana” nega assim (1),³⁸ a “nozickiana” nega (2), e a solução “cética radical” nega (não-C), aceitando que falamos falsamente quando, mesmo em discussões não-filosóficas, comuns, alegamos saber a O em questão.

Da perspectiva da nossa presente solução contextualista, cada uma dessas soluções diretas resulta em parte, certamente, de uma falha em ver a verdade do contextualismo. Mas qual solução direta um invariantista confusamente adota dependerá dos padrões que dominam a sua avaliação das nossas crenças em O e em não-H. Se a sua avaliação for dominada por padrões relativamente baixos que regem a nossa conversa pedestre e comum sobre o conhecimento, ele terminará como um mooriano. Se ele avaliar as crenças em questão de acordo com padrões altos que são introduzidos pela apresentação de AI feita pelo cético, o ceticismo radical será o resultado. A solução nozickiana resulta da avaliação de cada crença de acordo com os padrões que seriam mais geralmente usados na avaliação dessa crença. Pelas razões que vimos, uma alegação de que se sabe (ou a admissão de que não se sabe) que uma hipótese cética é falsa tenderá, pela Regra da Sensitividade, a pedir uma leitura muita alta na qual a admissão seja verdadeira e a alegação falsa. Mas uma alegação de que se sabe que O não exige uma leitura alta. Da presente perspectiva, o nozickiano está reagindo ao fato de que podemos geralmente alegar de fato que sabemos que O e podemos geralmente alegar de fato não saber que não-H. O que o nozickiano deixa escapar é o quão difícil é fazer essas duas alegações juntas: uma vez que você admitiu que você não sabe que não-H, parece contrário ao intuitivamente correto alegar saber que O, pelo menos até que ambiente conversacional seja clarificado.

Para ser bem sucedida, uma solução direta tem de explicar o que confunde as nossas intuições no que diz respeito ao membro impróprio da tríade que tal solução nega. De outro modo teremos poucas razões para negar esse membro da tríade. O próprio Nozick não fornece

38 - Tal é chamada de solução “mooriana” porque Moore responde assim ao argumento do sonho. Não é certo, contudo, que Moore tivesse respondido do mesmo modo a outras instâncias de AI que utilizassem hipóteses céticas diferentes.

uma explicação de (2), deixando incidentalmente essa tarefa para “exploração ulterior”,³⁹ e outros nozickianos, se os houver, tanto quanto sei, não fizeram qualquer progresso. Os moorianos, tanto quanto sei, não se saíram melhor em explicar por que somos tão relutantes em alegar o status de conhecimento às nossas crenças insensitivas. Os defensores do ceticismo direto foram os que fizeram mais progresso aqui. Nas seções restantes explicarei por que a nossa solução contextualista é superior a esse ceticismo radical.

15. O ceticismo radical e a manobra da asseribilidade garantida

A quase todo o tempo parece a quase todos nós que sabemos as O's que o cético alega não sabermos. De acordo com o cético radical, quando dizemos ou pensamos que sabemos essas coisas, dizemos ou pensamos algo falso. Desse modo, o cético radical nos imputa, nós falantes do português, uma falsidade sistemática e ampla do uso, na fala e no pensamento, da nossa palavra bastante comum “saber”. Igualmente paradoxal, o cético radical sustenta que falamos a verdade quando dizemos que alguém não sabe as O's, muito embora pareça à maioria de nós que estivessemos dizendo algo claramente falso. O que nos confunde? Peter Unger e Barry Stroud sugeriram do lado do ceticismo radical que embora não saibamos essas O's, é-nos geralmente útil alegar que as sabemos, e estamos, portanto, geralmente garantidos ou justificados em fazer tais alegações. Somos confundidos nisto: erramos na asseribilidade útil/justificada/garantida de atribuições de conhecimento quanto à verdade.⁴⁰ Do outro lado da moeda, presumivelmente, erramos na asseribilidade inútil/ingarantida/injustificada de negações de conhecimento quanto à falsidade.

Dois problemas sérios surgem para o ceticismo radical a esta altura. O primeiro é que tais “manobras de asseribilidade garantida” poderiam também ser tentadas por defensores de outras soluções. A asseribilidade garantida de fato pode estar errada quanto à verdade, e a asseribilidade ingarantida errada quanto à falsidade, mas isso em si não favorece a solução do cético radical em detrimento de outras abordagens diretas. Cada uma das abordagens diretas nega um membro da tríade que constitui o nosso enigma, e cada uma delas parece que pode alegar que a razão pela qual o membro rejeitado parece verdadeiro, embora seja de fato falso, é que estamos geralmente garantidos em asserí-la, e erramos nessa asseribilidade garantida quanto à verdade. Assim, o mooriano, por exemplo, poderia alegar que embora

39 - Veja o primeiro parágrafo da nota 28 acima.

40 - Essa é a linha básica que Unger segue em sua defesa do ceticismo radical em seu 1975; veja especialmente as páginas 50-54. Stroud, embora não sustente o ceticismo radical, procura defender o ceticismo radical ao longo dessas linhas no capítulo 2 de seu 1984; veja especialmente as páginas 55-82.

saibamos de fato que H é falsa, não estamos garantidos em alegar que sabemos isso (embora essa afirmação fosse verdadeira), mas estamos, ao invés, garantidos em dizer que não sabemos (embora essa última seja falsa). Atribuir simplesmente uma verdade aparente a uma asseribilidade garantida é um jogo que praticamente qualquer lado dessa disputa pode facilmente jogar.⁴¹ Que essa linha de pensamento eventualmente funcionasse melhor para o cético radical do que para os seus oponentes é algo que precisa ser demonstrado.⁴²

É em (1) que o cético espera o seu melhor para obter vantagem sobre a minha solução, pois essa premissa parece ser de fato verdadeira, e, ao contrário do cético, interrompi o seu endosso completo, trabalhando apenas com uma explicação de sua plausibilidade. Mas o outro problema do cético o espreita aqui. Geralmente, ao resolver enigmas filosóficos consistindo de um conjunto de afirmações individualmente plausível mas mutuamente inconsistentes, temos de explicar (dar satisfação de) a plausibilidade daqueles membros que negamos, e o ônus de explicar aqueles membros que endossamos é aliviado, sendo a sua verdade e a nossa capacidade de reconhecer essa verdade uma explicação suficiente de sua verdade aparente. Mas a verdade não é suficiente para explicar a verdade aparente quando nos fazem compreender que somos juízes absolutamente horríveis sobre verdades do tipo em questão. Assim, o segundo grande problema do cético é que, porque ele sustenta que estamos sujeitos ao erro constante e radical quanto ao escopo do nosso conhecimento, pensando consistentemente que sabemos coisas que não sabemos, o cético, embora pense que (1) seja verdadeira, deve-nos uma explicação de sua plausibilidade. Dado que o nosso hábito de se enganar com a nossa ignorância quanto ao conhecimento é tão difuso, por que não nos parece *nesse caso* que sabemos aquilo que de fato não sabemos – que essas hipóteses céticas são falsas? Por que a nossa falta de conhecimento, da qual somos tão difusamente cegos, nos aparece tão claramente justo quando a questão é se sabemos que a hipótese cética é falsa?

A resposta inicial do cético certamente será que *não* estamos garantidos em alegar saber que as hipóteses céticas não são obtidas, e assim não podemos errar a asseribilidade garantida quanto à verdade aqui. Mas então, para ver por que as hipóteses céticas são eficazes, temos de ser informados por que não estamos garantidos em alegar saber que as hipóteses céticas são falsas, dado que, de acordo com o cético, estamos garantidos em alegar que sabemos uma variedade de outras coisas que de fato não sabemos. E nisso os céticos tem pouco a oferecer. Mas se os resultados das seções 5 e 8 estiverem corretos, a resposta tem de envolver a falta da sensitividade das nossas crenças de que as hipóteses céticas não são obtidas. O uso que o cético faz de ACS tomará essa forma: embora nada (ou pouco)

41 - Em contraste, a nossa nova solução contextualista atribui a verdade aparente de (1) à *verdade* de (1) (e não apenas à asseribilidade garantida) nos próprios padrões que a sua asserção evoca.

42 - De minha parte, por razões que não posso entrar aqui, penso que a posição mooriana resultante seria levemente mais defensável; assim, se tivesse de rejeitar o contextualismo e adotar uma solução direta, eu seria um mooriano.

saibamos, é quando as nossas crenças são insensitivas que não estamos sequer garantidos em asserir que sabemos e, portanto, em reconhecer a nossa falta de conhecimento. Mas o cético tem agora de lidar com a segunda premissa de AI, tornando certo que o seu endosso de ACS é feito de tal modo que de conta das nossas intuições aqui. Na verdade, adote ele ou não ACS, o cético enfrenta a seguinte questão: se, como ele afirma, estamos geralmente enganados que sabemos que O, mas habitualmente reconhecemos que não sabemos que não-H, por que não ficamos satisfeitos em juntar esse erro com esse *insight* e aceitar a conjunção abominável?

Essa pode parecer uma questão difícil, mas o cético tem uma resposta. O seu problema é que a manobra da asseribilidade garantida por si só não resolve de fato o nosso enigma, mas antes o reintroduz de uma nova forma. E a única forma que tenho visto de incorporar ACS num tratamento de AI que também lide com outras partes do nosso enigma é empregar a ideia de que padrões epistêmicos contextualmente sensíveis regem o nosso uso de “saber”, e postular a Regra de Sensitividade como o mecanismo pelo qual o cético AI eleva aqueles padrões, como argumentei aqui. Os invariantistas espertos, contudo, tipicamente aceitam que padrões contextualmente variáveis regem as nossas atribuições e negações de conhecimento. O invariantista sensato admitirá, com certeza, que aquilo que é considerado como conhecimento em alguns contextos não será considerado em outros. Sendo um invariantista, ele negará que as condições de verdade das atribuições de conhecimento variam do modo que os contextualistas dizem variar. Mas o invariantista esperto manterá que os padrões epistêmicos variantes que o contextualista supõe reger as condições de verdade dessas frases de fato regem as suas condições de asseribilidade garantida.⁴³

Isso permite ao cético radical imitar qualquer solução contextualista, e em particular a solução que estou defendendo aqui, através de uma simples virada. No que respeita à minha solução, o cético radical pode sustentar que a Regra de Sensitividade é uma regra para elevar os padrões epistêmicos que regem o nosso uso das frases atribuindo conhecimento aos sujeitos, claro, mas insistir que ela rege as condições de asseribilidade garantida dessas frases, ao invés de suas condições de verdade, que, ele sustentará, permanecem constantes num nível além daquele que os meros mortais podem alcançar. A manobra da asseribilidade garantida pode então ser empregada: erramos na asseribilidade garantida quanto à verdade (e na asseribilidade ingarantida quanto à falsidade). Assim, uma vez que nunca temos garantia em

43 - Stroud, assim, afirma que na concepção das nossas práticas, operamos sob certas “restrições práticas” (1984, 75) nos nossos usos cotidianos de “saber”, e defende que os padrões para dizer que sabemos variam de caso para caso (65-66). Assim, na concepção do cético, os padrões para atribuir conhecimento que empregamos no uso cotidiano dependem dos nossos “objetivos e interesses no momento” (65). De acordo com o contextualismo, esses padrões variantes refletem uma variação correspondente nas condições de verdade para as atribuições de conhecimento. Mas na concepção que Stroud tem do cético, quando atribuímos conhecimento nas situações cotidianas, estamos tipicamente dizendo algo literalmente falso, embora “as exigências de ação” justifiquem essas atribuições falsas. A melhor explicação desse tipo de ideia é fornecida por Unger em seu 1984.

afirmar que as hipóteses céticas não são obtidas (devido à operação da Regra de Sensitividade invertida), somos levados a julgar (corretamente) que tais alegações de conhecimento seriam falsas. E uma vez que a segunda premissa de AI é sempre garantida, julgamos (ainda corretamente) que essa premissa é verdadeira. Mas uma vez que uma alegação de saber alguma O está geralmente correta, devido aos baixos padrões para a asseribilidade garantida que comumente seriam aplicados a tal alegação, julgamos (incorretamente) que sabemos essa O. Assim, a minha solução, como outras soluções contextualistas, pode ser facilmente adaptada aos propósitos do cético radical. O resultado é uma teoria paralela à minha solução contextualista que difere em sua semântica de “saber”: de acordo com essa teoria invariantista paralela, os padrões epistêmicos variantes sensíveis ao contexto que descobrimos regerem as condições de asseribilidade das atribuições e negações de conhecimento, e não as suas condições de verdade, é que são consideradas como invariantes.⁴⁴ Como poderíamos decidir racionalmente entre uma solução contextualista, e em particular a que estou defendendo, e a análoga do cético radical?⁴⁵

16. Ceticismo radical e falsidade sistemática

Assim como seus parentes contextualistas, a nossa nova solução é pensada em ampla medida com o objetivo em mente de creditar com a verdade a maior parte das nossas atribuições de conhecimento. E não se preocupe. Em geral, uso-la como uma arma contra uma teoria de um termo comum de uma linguagem natural que envolve os falantes dessa linguagem em falsidade sistemática e vasta em seu uso desse termo. Tomemos emprestado um exemplo e suponhamos que um filósofo excêntrico afirmasse que não há médicos, porque, além de ter uma graduação em medicina, uma condição necessária para ser um médico é ser capaz de curar qualquer doença concebível.⁴⁶ Com que bases deveríamos rejeitar essa conjectura bizarra em favor de uma abordagem mais tradicional e menos exigente do que é ser um médico? A nossa linguagem certamente poderia ter sido tal que S ter a habilidade de curar qualquer doença concebível fosse uma condição de verdade de “S é um médico” (embora a palavra “médico” não tivesse sido muito útil nesse caso). Em

44 - Voltando ao primeiro problema do cético radical, note que toda essa manobra pode ser imitada pelo mooriano, que pode também sustentar que uma Regra de Sensitividade rege as condições de asseribilidade garantida das atribuições de conhecimento. Como o cético radical, o mooriano pode sustentar que as condições de verdade de tais atribuições de conhecimento permanecem invariantes, mas nas mãos do mooriano esses padrões epistêmicos constantes serão apropriadamente baixos.

45 - Os leitores de Unger 1984 verão a forte influência desse excelente livro em meu procedimento aqui, embora eu chegue a conclusões bastante diferentes das dele. (Mas veja o seu mais recente 1986).

46 - Veja Stroud (1984, 40), que por sua vez tomou emprestado esse exemplo alhures.

virtude de que a nossa linguagem é tal que essa estranha teoria não é verdadeira? Não estou, é certo, em posição de fornecer uma resposta correta a essa pergunta, mas é eminentemente razoável supor que fatos como esse, considerando o nosso uso, no pensamento e na fala, do termo “médico” estão envolvidos: que consideramos como médicos muitos praticantes licenciados da medicina que não satisfazem as exigências altas mencionadas; que descrevemos seriamente essas pessoas como sendo médicos; que *não negamos* que essas pessoas sejam médicas; etc. Sem dúvida que é em virtude de fatos como esses que o ponto de vista tradicional, e não a conjectura bizarra do nosso filósofo excêntrico, é verdadeiro acerca da nossa linguagem. (A correção do ponto de vista tradicional *consiste* amplamente em tais fatos). E esses fatos também nos fornecem as nossas melhores razões ou evidências para aceitar a hipótese tradicional, e não a estranha, acerca da semântica de “médico”. Nesse caso, que a teoria peculiar nos enrede em falsidade sistemática e vasta em nossa fala e pensamento envolvendo “médicos” é uma arma (constitutiva e evidencial) contra a teoria que se mostra bastante decisiva.

Se o nosso filósofo excêntrico tentasse dar conta dos fatos acima sobre o nosso uso do termo “médico” através da conjectura rápida e fácil de que as exigências menos altas tradicionalmente são mais atribuídas a “médico”, embora elas não especifiquem acuradamente as condições de verdade das frases envolvendo esse termo, articulam as condições de asseribilidade garantida das frases, não deveríamos, com base nessa manobra, suspender o nosso juízo contra a sua alegação. Que a sua teoria nos envolva em falsidade sistemática continua a constituir uma arma contra ela, e na falta de considerações contrabalaçantes suficientemente fortes que favoreçam a teoria estranha em detrimento da tradicional, essa arma continua decisiva.

É claro que o problema com essa teoria desesperada é que não parece haver quaisquer considerações contrabalaçantes em seu favor. O ceticismo radical, ao contrário, pode parecer ser apoiado por argumentos céticos como AI. Embora a solução do cético radical ao nosso enigma nos envolva em falsidade sistemática por causa de sua aceitação resoluta da conclusão de AI, ao mesmo tempo pode parecer fazer sentido para *outras* partes do enigma (que estamos inclinados a dizer que não sabemos que as hipóteses céticas são falsas e a dizer que não sabemos que várias coisas comuns caso não saibamos que essas hipóteses sejam falsas), fazendo a manobra da asseribilidade garantida parecer mais motivada aqui do que é nas mãos de nosso filósofo excêntrico. Mas como vimos na seção anterior, essa aparência é enganadora. O ceticismo radical em si não explica a plausibilidade das premissas de AI. Para ajudar o cético a resolver o enigma, atribuí a ele um análogo da nossa nova solução.⁴⁷ Mas

⁴⁷ - É claro que os céticos estão livres para recusar essa ajuda e propor outras. Como praticamente qualquer alegação de ter fornecido a melhor explicação de algo, a minha alegação aqui é refém do desenvolvimento futuro possível de uma melhor explicação por vir.

uma vez que vimos que o enigma cético pode ser resolvido sem cair na falsidade sistemática do cético, não temos razão para pagar esse alto preço por uma solução.⁴⁸ Na verdade, uma vez que a solução cética radical e a nossa nova solução contextualista sob consideração se aproximam uma da outra, não há grande diferença em como elas resolvem o enigma. Que a solução cética radical nos envolve em falsidade sistemática é uma das poucas diferenças encontradas aqui, e é uma consideração forte contra essa solução. E, com pouco espaço para vantagens compensatórias fortes a favor dessa solução em detrimento da contextualista (dado o quão similar elas são em outros aspectos), essa consideração se mostra decisiva. Portanto, assim como a teoria do “médico” do filósofo excêntrico, a solução que o cético radical dá a AI deveria ser rejeitada porque nos envolve em falsidade sistemática e vasta no nosso uso de um termo comum da nossa linguagem.

17. Petição de princípio contra o cético?

Se os céticos podem brincar de Rei da Montanha – começam no topo (não importa como chegarão lá) e o trabalho dos anticéticos é derrubá-los – depô-los pode ser uma tarefa bastante difícil. O quão difícil dependerá de vários fatores, sendo um deles a que premissas o anticético pode recorrer num argumento construído para destronar o cético. Se o cético impedir a disponibilidade de quaisquer premissas, então, como notou Thomas Reid, “Seria impossível despojá-lo de sua fortaleza por argumentos; deveríamos deixá-lo divertindo-se com seu ceticismo” (1895, 447).⁴⁹ Se, para tornar a brincadeira um pouco mais interessante, permitirmos um pequeno conjunto de afirmações ao uso da campanha do anticético, então (como Reid novamente reconheceu) é geralmente difícil dizer o que, se algo, de importante se seguiria do fato de o cético poder ou não ser derrubado de seu

⁴⁸ - Melhor, pouca razão. Em seu 1984, como parte de seu argumento a favor de sua conclusão relativista que não há fatos a respeito de se o contextualismo ou o invariantismo cético estão corretos, Unger tenta comparar essa desvantagem do invariantismo cético com a desvantagem relativa do contextualismo que não torna as condições de verdade das atribuições de conhecimento apropriadamente independentes das intenções e interesses atuais daqueles que vêm a falar em dada ocasião (37). Na parte 3 do meu 1992, argumento que o contextualismo consegue lidar com as conseqüências mais sérias que se poderia suspeitar seguir-se dessa falta de independência. Quaisquer preocupações com a independência que pudessem permanecer com o contextualismo parecem completamente submersas pelo custo da solução do cético radical.

Em resenha de Unger 1894, Brueckner, relatando as vantagens do invariantismo, escreve, “Em particular, as intuições dos falantes sobre o uso correto de “saber” parece se conformar ao princípio de fechamento para o conhecimento defendido pelo invariantista e rejeitado, contudo, pelo contextualista (1986, 512). Se o invariantismo, mas não o contextualismo, conservasse o fechamento, eu consideraria isso como uma vantagem muito importante a favor do invariantismo – talvez ainda forte o bastante para tornar interessante a competição entre as duas teorias. Mas, como argumentei, o contextualismo não precisa, e, propriamente desenvolvido, não o faz, ter uma postura implausível sobre o questão do fechamento. (Veja a seção 10 e especialmente a nota 33).

⁴⁹ - Discuto isso na seção II. B do meu 1989.

posto por argumentos a partir de premissas desse tipo particular.

Tenho pouco interesse em brincar de Rei da Montanha. Mas os argumentos céticos como AI ameaçam mostrar que o cético não precisa jogar esse jogo, mas pode *ganhar* o topo da montanha – que partindo das nossas próprias crenças e intuições, ele pode nos dar melhores razões para aceitar o seu ceticismo do que rejeitá-lo. Argumentei que o ceticismo radical não pode vencer *essa* batalha – a de fornecer a melhor solução do nosso conflito embaraçoso de intuições. Embora as premissas de AI sejam inicialmente plausíveis, a melhor solução para o conflito de intuições gerado por AI não é a do cético radical.

Durante o percurso pressupus certas coisas que acreditamos mas que o cético diz não sabermos, o que talvez aumente a preocupação de que eu esteja cometendo uma petição de princípio contra o cético. Por exemplo, ao afirmar que a minha crença de que tenho mãos é sensitiva, traio a minha convicção de que não sou um BIV, ou no mundo efetivo ou em algum mundo próximo. Na verdade, estou pronto para admitir ao cético que se sou um BIV, então não sei que tenho mãos, de acordo com quaisquer padrões para o conhecimento. Mas obviamente acredito firmemente que não sou um BIV.

É-me legítimo usar essa convicção num debate contra o cético? Não se estivermos brincando de Rei da Montanha. Mas se o cético estiver reunindo intuições fortes nossas para dar-nos boas razões para aceitar o seu ceticismo, é legítimo apontar que outras de nossas crenças militam contra a sua posição, e perguntar por que deveríamos dar crédito apenas àquelas que o favorecem. E se pudermos mostrar ainda que aquelas crenças que parecem favorecer a sua solução podem ser acomodadas em nossa solução melhor do que ele possa acomodar aquelas crenças que lhe são hostis, a melhor conclusão que podemos tirar é que *não* estamos errados comumente quando alegamos ou atribuímos conhecimento, a despeito da tentativa do cético radical de mostrar que estamos. Ao invés, os principais *insights* a serem tirados de um estudo de AI envolvem a sensibilidade ao contexto das atribuições de conhecimento e o papel que a Regra de Sensitividade desempenha na alteração dos padrões epistêmicos que regem essas atribuições.⁵⁰

⁵⁰ - Este artigo é dedicado à memória de Ken Konyndyk, meu primeiro professor de filosofia. Agradeço a Anthony Brueckner, John Carroll, Graeme Forbes, Richard Grandy, Mark Heller, Edward Stein, Holly Thomas, a um revisor anônimo do *Philosophical Review*, e às audiências na Rice University e na University of Virginia, Charlottesville, pelos proveitosos comentários em versões anteriores deste artigo. Os agradecimentos especiais vão para Peter Unger por seus importantes escritos sobre esse tópico, dos quais aprendi muito; por três anos de discussões filosóficas quase diárias, muitas delas sobre o tópico do conhecimento e ceticismo e praticamente todas prazerosas e iluminantes; e pelos seus muitos comentários de várias versões deste artigo e seus ancestrais.

Referências

- Brueckner, Anthony L. (1985) "Skepticism and Epistemic Closure." *Philosophical Topics* 13:89-117.
- Brueckner, Anthony L. (1986) Review of Unger, *Philosophical Relativity*, *Journal of Philosophy* 83: 509-17.
- Cohen, Stewart (1987) "Knowledge, Context, and Social Standards." *Synthese* 73: 3-26.
- Cohen, Stewart (1988) "How to be a Fallibilist." *Philosophical Perspectives* 2: 91-123.
- DeRose, Keith (1989) "Reid's Anti-Sensationalism and His Realism." *Philosophical Review* 98: 313-48.
- DeRose, Keith (1990) "Knowledge, Epistemic Possibility, and Scepticism." Ph.D. diss., University of California, Los Angeles.
- DeRose, Keith (1991) "Epistemic Possibilities." *Philosophical Review* 100: 581-605.
- DeRose, Keith (1992) "Contextualism and Knowledge Attributions." *Philosophy and Phenomenological Research* 52: 913-29.
- Dretske, Fred (1970) "Epistemic Operators." *Journal of Philosophy* 67: 1007- 23.
- Dretske, Fred (1971) "Conclusive Reasons." *Australasian Journal of Philosophy* 49: 1-22.
- Dretske, Fred (1981a) "The Pragmatic Dimension of Knowledge." *Philosophical Studies* 40: 363-378.
- Dretske, Fred (1981 b) *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge: MIT Press, Bradford Books.
- Forbes, Graeme (1984) "Nozick on Scepticism." *Philosophical Quarterly* 34: 43-52.
- Goldman, Alvin I (1976) "Discrimination and Perceptual Knowledge." *Journal of Philosophy* 73: 771-91.
- Lewis, David (1979) "Scorekeeping in a Language Game." *Journal of Philosophical Logic* 8: 339-59.
- Luper-Foy, Stephen, ed. (1987) *The Possibility of Knowledge: Nozick and His Critics*. Totowa, NJ.: Rowman & Littlefield.
- Nozick, Robert (1981). *Philosophical Explanations*, 167-228. Cambridge: Harvard University Press.

Reid, Thomas (1895) *The Works of Thomas Reid*, 8th ed., ed. William Hamilton. Edinburgh: James Thin.

Stine, Gail C. (1976) "Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure." *Philosophical Studies* 29: 249-61.

Stroud, Barry (1984) *The Significance of Philosophical Scepticism*. Oxford: Oxford University Press.

Unger, Peter (1975) *Ignorance: A Case for Scepticism*. Oxford: Oxford University Press.

Unger, Peter (1984) *Philosophical Relativity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Unger, Peter (1986) "The Cone Model of Knowledge." *Philosophical Topics* 14: 125-78.